



Anais da Assembléia

NP 150

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 1981

ANO VII

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 139.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1.º DE DEZEMBRO DE 1981

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Cameiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Aguinaldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Néilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Rosário Pitelli (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Adalberto Daros, Fuad Nacli, Pinto Dias, Renato Bernardi, Renato Bueno e Waldyr Pugliesi (6). Em licença especial os Srs. Deputado Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimento:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

SÚMULA:

REQUER, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. LUIZ ARTÉRIO GENARI.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado em ata, um voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em data de 26 do corrente, do Sr. LUIZ ARTÉRIO GENARI, na Cidade de Toledo.

Tratava-se de pessoa altamente relacionada, pioneiro, estimado na comunidade toledana, merecedor de todo o carinho e respeito, conceituado, deixando lacuna irreparável.

REQUER, outrossim, seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, através da Prefeitura local. Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1981.

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER voto de congratulações pela passagem de mais um aniversário da FUNABEM.

Sr. Presidente.

A Fundação Nacional de Assistência e Bem Estar do Menor, foi criada pela Lei 4513. É um órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo como sua competência a política do bem estar do menor em nosso País e que se fundamenta na Declaração dos Direitos da Criança, promulgada em Assembléia Geral da ONU em 1954.

Aqui no Paraná sua Superintendência foi implantada em 1978, onde funciona à Rua 15 de novembro, 270 - 8.º andar, em cuja frente está a Senhora Maria Lúcia Xavier da Silva.

Segundo dados publicados através da Secretaria da Saúde e do Instituto de Assistência ao Menor, foram firmados 19 convênios que possibilitaram o atendimento a 78.503 menores e a 21.030 famílias.

O médico e professor Saul S. Nicolaiewski, é o Presidente da FUNABEM, o qual tem demonstrado imenso carinho na solução dos problemas oriundos do Estado do Paraná, razão pela qual o Deputado que o presente subscreve, REQUER, uma vez ouvido o Plenário, que se registre na ata dos trabalhos da Casa, voto de congratulações ao Presidente da FUNABEM, o médico e professor Saul Nicolaiewski, pela passagem de mais um aniversário de fundação da entidade que tão eficientemente vem dirigindo.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1981.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER a consignação de um voto de congratulações ao BRADESCO, pela realização do Ato Nacional de Ação de Graças.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações, pela realização, na Cidade de Deus, do Ato Nacional de Ação de Graças, magnífica demonstração de religiosidade e que toca profundamente o coração de todos aqueles que tiveram a felicidade de, ao vivo ou pela televisão, acompanhar a solenidade alusiva ao Dia Nacional de Ação de Graças.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET.

JUSTIFICATIVA:

Os veículos de comunicação, em particular a televisão, mostram diariamente espetáculos que abrangem toda gama de

espetáculos materiais de nossa sociedade.

Humoristas, educativos, informativos ou referente a esportes, ou programas que abrangem o grande público raramente trazem chamadas à introspecção e à vida espiritual.

Diante dessa realidade, sentimo-nos no dever de ressaltar, não apenas pelo espetáculo magnificente de beleza cênica, mas - e principalmente - pelo profundo chamamento aos valores não materiais de nossa civilização, o Ato Nacional de Ação de Graças, realizado pelo BRADESCO, na Cidade de Deus e levado a todo o Brasil pela Rede Nacional de Televisão.

O sentido de espiritualidade e o chamamento à conhecida religiosidade do povo brasileiro, sem conotações outras, são suficientes para justificar este nosso VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Grupo BRADESCO, mentor e patrono da citada iniciativa.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER um voto de congratulações à Diretoria do Londrina Esporte Clube, pela conquista do título do Campeonato Paranaense de Futebol, temporada 1981.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos, voto de congratulações ao Londrina Esporte Clube pela conquista do título do Campeonato Paranaense de Futebol - edição 1981.

Outrossim, queremos enaltecer o trabalho sério e dinâmico da atual Diretoria que tem na Presidência o Sr. Ézio Ivan Sêcco. Em apenas dois anos de gestão, três títulos foram conquistados: Taça de Prata, Campeão Juvenil e Campeão de Profissionais.

Nossas homenagens a todos os Diretores, jogadores, Comissões Técnica e torcida, pelo memorável feito.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER solicitação à dispensa da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 92/81, que propõe a realização do plebiscito em Braganey, com vistas à Emancipação política.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, solicitação ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, solicitação à dispensa da publicação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 92/81, que propõe a realização do plebiscito em Braganey, com vistas à emancipação política.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER pedido de informações ao Poder Executivo.

Sr. Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, e nos termos do inciso V, do parágrafo

único, do Art. 16 da Constituição do Estado, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam solicitadas ao Poder Executivo, as seguintes informações:

1. Quem serão os beneficiários dos pagamentos a precatórias judiciais (nomes das partes, advogados, peritos, escrivães, etc...), constantes da dotação 5.6.3 do sub-programa para aplicações nas áreas do Tribunal de Justiça?
2. Quais os órgãos da administração direta ou indireta, inclusive autarquias, que foram condenados a pagar as indenizações previstas para o orçamento de 82?
3. Quais os funcionários que já foram responsabilizados pelo cometimento dos atos ilícitos que causaram as condenações judiciais do Estado do Paraná?
4. Em que processos houve recurso do Estado do Paraná ao Supremo Tribunal Federal?
5. Nos que não houve recurso do Estado à Suprema Corte porque não foi exercitado tal direito, e quais são?

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA

Consta no Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 1982 - a dotação de 2.220.000,00, para o pagamento de precatórios requisitórios. Não está esclarecido quem serão os beneficiários de tão elevados pagamentos. Não constam também informações se os funcionários culpados pelos atos ilícitos que ensejaram tão grandes condenações contra o Estado, tenham sido responsabilizados civil, criminal e administrativamente.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei n.º 30/80.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de publicação de Redação Final do Projeto de Lei n.º 30/80, que cria o Município de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER voto de louvor ao Sr. Mário Andrade Saporiti, Vice-Presidente e Diretor no Paraná do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

Sr. Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de louvor, reconhecimento e gratidão aos eméritos serviços prestados à causa pública pelo Vice-Presidente e Diretor Regional no Paraná do BRDE, Mário Andrade Saporiti.

Sua atuação naquela instituição de fomento está sendo assinalada por uma performance fecunda, no momento em que o BRDE completa 20 anos de profícua existência, relevando-se um agente propulsor do progresso sócio-econômico, além do aspecto relevante de ser, hoje, o maior Banco de Desenvolvimento no Brasil, em saldo de créditos e financiamentos que

atingem a expressiva cifra de Cr\$ 110.000.000.000,00.

O BRDE, como é notório, tem adotado uma política que contribui para o aumento da produtividade dos diversos setores e substituição de importações. A expansão das operações da instituição, sob o esclarecido comando do Sr. Mário Andrade Saporiti, registra ritmo crescente de contribuição à economia estadual, pois desde a sua instalação no Paraná, contratou operações da ordem de cento e quatorze bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros no Estado, distribuídos 39,4 por cento ao setor industrial manufatureiro, 37 por cento ao setor de comércio e serviços, e 23,6 por cento ao setor agrícola.

Esses financiamentos do BRDE foram decisivos para a geração de empregos diretos, cujo total ascende, hoje, a 42.360, além de 127000 empregos indiretos propiciados por atividades integradas aos empreendimentos financiados, os quais somados representam uma participação de quase 12 por cento do emprego urbano existente no Paraná.

Além disso, a expansão das operações do BRDE tem seguido nível bastante superior, aumentando em 10 vezes sua contribuição às Finanças do Estado.

O Sr. Mário Andrade Saporiti não está imitando o servo da parábola bíblica que guardou os seus talentos sem multiplicá-los. Ele está fazendo, isto sim, uso racional de sua larga experiência, força criadora e poder de imaginação, ampliando as realizações e as conquistas do BRDE que ajudaram a transformar o Paraná de hoje num exemplo de grandeza econômica.

Requer, finalmente, o autor seja a comunicação acompanhada de cópia do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER designação de uma sessão ordinária para o próximo dia 04 do corrente.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designada a Ordem do Dia à Sessão Extraordinária a ser marcada para o próximo dia 03 do corrente, com as matérias constantes da Ordem do Dia, respeitando o interstício regimental, da sessão do dia 02, após a sessão solene de entrega de título de beneemerência.

Requer, outrossim, a designação de uma sessão ordinária para o próximo dia 04 do corrente à hora regimental.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de ofício ao Sr. Dr. Gilberto Geraldo Garbi, DD. Presidente da TELEPAR.

Sr. Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de ofício ao Sr. Gilberto Geraldo Garbi, Presidente da TELEPAR, solicitando do mesmo urgentes providências no sentido de instalar um telefone público no Bairro de Itaquí, no Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido se prende ao fato de tratar-se de um bairro de grande população e bastante distante do centro da cidade, sendo um bairro industrial para onde se deslocam muitos operários, sendo que a população após determinado horário, com o fechamento dos estabelecimentos comerciais, fica sem condições de comunicação.

Tomo ainda a liberdade de indicar à instalação do mesmo a Praça Escolástica Ferreira, junto ao ponto de ônibus, por ser o local de fácil acesso para toda a população daquele progressista bairro.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 129/81, que se encontra em fase de aprovação de sua Redação Final e Proposição de Emenda Constitucional n.º 97/81, que reduz o tempo de aposentadoria dos professores.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja dada preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 129/81, que trata do reajuste dos vencimentos da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas, o qual se encontra em fase de aprovação da Redação Final, e da Proposição de Emenda à Constituição do Estado n.º 97/81, que trata da redução do tempo para aposentadoria dos professores, ora em segunda discussão, por se tratar de matérias que dependem de publicação para produzirem efeitos de imediato, sendo ambas de interesse dos servidores públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) JURANDIR MESSIAS.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER, preferência de votação, para a Proposição n.º 97/81.

Sr. Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência de votação, à Proposição n.º 97/81 - à Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado Airton Cordeiro, que altera o parágrafo único do Art. 74 da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER solicitação de preferência de votação ao Projeto de Resolução n.º 92/81, propondo o plebiscito no Distrito de Braganey com vistas à emancipação política.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, solicitação ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, preferência de votação ao Projeto de Resolução n.º 92/81, propondo o plebiscito no Distrito de Bra-

ganey, com vistas à emancipação política.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 157/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “CLUBE DO GOLFINHO”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

O Clube do Golfinho, objeto do presente plano de lei, é uma entidade civil, com sede nesta Capital, tem por finalidade promover o desenvolvimento, a ministração do ensino e cultura da educação física, especialmente dos esportes aquáticos, bem como a realização de reuniões desportivas, cívicas, culturais, recreativas ou de outras modalidades festivas, entre seus associados e seus familiares.

Apresentamos o referido projeto de lei esperando dos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação da medida proposta, pois a entidade preenche os requisitos mínimos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, legislação reguladora da utilidade pública em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, 30 de novembro de 1981, foi uma data muito importante para o homem que trabalha a terra e mais importante ainda àqueles que a trabalham, no entanto, não a possuem.

A Lei n.º 4504 - O ESTATUTO DA TERRA — completou ontem 17 anos de existência.

Não nos cabe elogiar os que na época pretenderam a justiça social no campo através de uma Reforma Agrária. Antes cabe lançar uma pergunta sobre o motivo de sua não efetivação.

Quais as forças que pararam a força de uma revolução militarista, desviando-a de um de seus objetivos mais sérios?

Só se sabe que, governo após governo, da dita revolução não cumpriram e não executaram a Lei da Reforma Agrária.

Covardia, conivência e comprometimento com o grande capital, especulador de enormes áreas de terra? Foram as acusações mais comuns desde o momento que se constatou que a revolução da força não tinha a força para fazer cumprir a lei da terra.

Isto explica, só que não justifica, a existência hoje, de cem milhões de hectares de terra em conflito na atualidade em todo o território brasileiro.

Uma área equivalente a quase seis vezes o território de nosso Estado sendo disputada entre humildes posseiros e destacadas empresas nacionais e multinacionais, detentoras do capital que paraliza a ação do governo revolucionário já há 17 anos.

A Lei da Reforma Agrária - O ESTATUTO DA TERRA — está às portas de sua maioridade, enquanto que o agricultor sem terra já beira a casa dos dezoito milhões, na mais absoluta

miséria aguardam a mesma vigorar para poder produzir e progredir.

Quando a Lei foi sancionada, o Brasil exportava feijão preto excedente de produção, em milhares de toneladas.

Hoje, este mesmo Brasil as importa. Numa demonstração clara de que a revolução não foi feita para o bem-estar dos brasileiros, mas para a sua expoliação, para a sua pobreza e para o seu silêncio.

Dezessete anos de Lei de Reforma Agrária e milhões de agricultores brasileiros sem terra, ao lado de milhões de hectares de terra na mão de multinacionais, eis o resultado que conseguiram os que apoiaram e continuam apoiando o atual regime. Decididamente, não houve interesse em efetivar uma Reforma Agrária em nosso País. Decididamente, não houve força política do povo camponês, nem da Igreja que assim também clama.

A Reforma Agrária depende tão somente, de um gesto político corajoso e comprometido com o homem do campo, com o qual muitos falsos políticos dizem ser. Enquanto o comprometimento estiver com os mantenedores do grande capital, de forma alguma se efetivará a reforma agrária.

Presenciaremos, Sr. Presidente, isto sim, gestos isolados e demagógicos que jamais têm sequer a intenção de resolver o problema fundiário do nosso País.

Reforma Agrária não se implanta com tributação, nem com criação de leis tal qual a que reduz para 5 anos a obtenção do usucapião.

É mais um engodo, é mais um engano, é mais uma forma de ludibriar homens camponeses que acendem esperanças nunca atendidas.

Reforma Agrária, para acontecer, necessita antes de mais nada, de um governo politicamente comprometido com seu povo, com os agricultores brasileiros.

E isso só se fará com uma democracia autêntica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Compromisso político se conhece pela palavra dos políticos, pela disposição predominante no partido e pelo programa partidário.

Em países como o Brasil a palavra flutua, muitas vezes, ao sabor das conveniências do dia; ao vento dos interesses pessoais; e ao bafejo do poder. Então se há de crer na tradição de honestidade e seriedade dos homens, independentemente do seu ideário, de sua ideologia, ou do que pretende transmitir como imagem pública.

Porém, não há como esquecer as bandeiras que os homens levantam, o conjunto de idéias que defendem, para expressar a visão que têm da sociedade e da Nação.

Vistas as coisas desse modo, temos a cobrar palavra de quem tem palavra, honestidade de quem a tem e compromissos de quem os assume, sob pena de perder a credibilidade, a honra e a respeitabilidade.

Um homem sem palavra nada vale. Um homem que diz pretender construir uma sociedade livre e justa e tudo faz contra esse objetivo, não pode alegar fatores conjunturais. Não pode justificar-se que atua sob pressão, que está sendo impedido de ser honesto, sério e respeitável.

Há um texto correndo este País, como uma proposta política capaz de resolver os problemas nacionais. E um texto que mereceu ampla divulgação, exaltação e apoio em muitos setores

da sociedade brasileira. Muitas pessoas acreditaram que esse texto enfim demonstrava que a Nação não estava dividida entre democratas e autoritários, entre nacionalistas e entreguistas, através dos partidos políticos. O que havia era apenas um grupo de oportunistas a empolgarem o poder e o governo, mas sem o aval dos partidos políticos.

E eu quero ler, Sr. Presidente, o manifesto de Fundação do Partido Democrático Social, o PDS, que dentre outras coisas, ele diz o seguinte: (lê):

“O Brasil está hoje entre as dez maiores economias do mundo.

Rompemos a muralha do atraso e começamos a viver o sonho do nosso grande projeto nacional.

A complexidade do País passa a exigir a presença de instituições políticas vigorosas capazes de operar uma grande Nação democrática, constituindo-se uma sociedade aberta e pluralista, desejo de assegurar o progresso dentro da liberdade.

Reformas que enfrentarão de modo corajoso e realista os graves problemas de uso da terra, do êxodo rural, da convivência urbana, da segurança pública, da habitação popular, da educação, da saúde, da previdência, das minorias sociais, da distribuição de renda, da defesa do consumidor, da preservação da natureza, da qualidade da vida, da pesquisa e criação de tecnologia nacional, da exploração de recursos minerais, da democratização dos bens culturais.

Temos que ser um partido moderno, e que deve capacitar-se para, através de idéias, vincular os eleitores e os eleitos, intermediar aspirações, transformando-as em decisões de Governo. Para tanto, necessita de doutrina, organização e liderança capazes de, num sistema integrado, gerar e administrar o poder.

Não queremos um partido feito em gabinetes ou laboratórios, ou representativo de minorias, mas sustentado em bases populares, construído de baixo para cima. Tampouco desejamos um partido ideológico, dogmático.

Queremos, sim, um partido de idéias. Temos, pela identidade de propósitos, raízes profundas no passado. Nossos laços são com o futuro; nosso compromisso é com todos os brasileiros, quaisquer que sejam as suas origens e posições.

Nosso Partido coloca-se na linha de tradição dos grandes partidos democráticos que fizeram as maiores conquistas da humanidade, construíram e sustentaram o direito não somente às liberdades subjetivas, mas os direitos e garantias sociais contra a fome, o medo, as doenças, o desemprego, a miséria, a perseguição religiosa e a violação da privacidade dos cidadãos.

Democracias que lutam para eliminar injustiças sem matar a liberdade.”

E lamentavelmente, Sr. Presidente, este é parte do manifesto do PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL, que temos certeza dá sustentáculo ao Poder instalado neste País e que enviou ao Congresso Nacional o famigerado pacote para impedir a chegada ao Poder dos partidos de Oposição.

Então, Sr. Presidente, ocupamos a tribuna para, em parte e durante esta semana toda o nosso Partido mostrar o programa do PDS a esta Casa e a todo o Paraná.—

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Cotrim.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora muitas vezes tenhamos criticado os tecnocratas do Governo Federal, é necessário que se reconheça que o Ministro Delfim Neto, do Planejamento, tem razão quando afirma que o brasileiro precisa entender que somos uma Nação em desenvol-

vimento e, portanto, não podemos assimilar hábitos de países ricos, hábitos da sociedade de consumo.

Ocorre que quando se fala em brasileiros, é necessário que se entenda que o Governo brasileiro não está excluído do contexto, portanto, cabe ao governo em primeira instância demonstrar esse reconhecimento e tomar a iniciativa de encontrar soluções domésticas para os problemas domésticos.

No Paraná, por determinação do Governador Ney Braga, várias medidas já foram e estão sendo adotadas no sentido de adequar os recursos disponíveis às necessidades existentes e algumas dessas medidas têm sido pioneiras em termos de Brasil. Basta destacar o trabalho que tem sido feito pela Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento dos Municípios, que reativou as obras no interior do Estado, iniciou outras, através de recursos repassados às Prefeituras.

Confiantes nesse espírito pioneiro do Governo paranaense é que estamos encaminhando à Mesa, requerimento solicitando estudos imediatos da Secretaria da Educação, no sentido de abolir já a partir do próximo ano de 1982, o chamado “livro didático” de todas as escolas do Paraná.

É público e notório que o livro didático adotado até então, além de não ensinar o aluno, acarreta maiores despesas aos pais, pela sistemática de seu uso e ainda permite que o professor haja de maneira displicente, pois não exige que a aula seja previamente preparada.

Conclui-se, por essas razões, que o livro didático só prejudica os alunos e os pais de alunos. Os alunos porque não aprendem; os pais porque se vêem na necessidade de comprar livros novos todos os anos sem possibilidade de aproveitamento do livro do filho mais velho para o filho mais novo; e, os professores porque deixam de se aprimorar no preparo de aulas.

Na semana próxima passada, reunidos os Diretores de Escolas Públicas do Paraná, também condenaram o chamado livro didático e aprovaram a volta do livro tradicional, daí porque não haver nenhuma razão para que o Governador Ney Braga não determine à Secretaria da Educação a imediata modificação no sistema de livros escolares.

Adotada essa medida, mais uma vez estará o Paraná demonstrando a preocupação do seu Governo para com as suas crianças e para com os problemas das famílias que participam do desenvolvimento harmônico do nosso Estado. Não somos um País rico que se possa dar ao luxo do desperdício e de ter uma sociedade de consumo, portanto, sugerimos uma medida simples a um assunto sério.

Encaminho então, Sr. Presidente, à Mesa, um requerimento deste pronunciamento.

Muito obrigado.

“Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado, expediente sugerindo que Sua Excelência determine à Secretaria de Educação, estudos visando a abolição do livro didático já a partir de 1982 e, a adoção do livro tradicional.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

JUSTIFICATIVA:

Está comprovado que o livro didático é um hábito muito caro à condição econômica do nosso povo, pois é um livro descartável, que não pode ser aproveitado por mais de um aluno, pre-

judicando com isso a economia da família que não pode repassar o livro do filho mais velho para o filho mais novo.

Está também comprovado que o livro didático não veio aprimorar nem facilitar o aprendizado do aluno, muito pelo contrário, prejudicou os alunos e permitiu a displicência dos professores que se desobrigaram de preparar previamente as aulas.

Justifica-se, portanto, medidas no sentido de corrigir essa falha e diminuir as despesas das famílias com o estudo de seus filhos”.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A preocupação do povo brasileiro, hoje, é extraordinariamente grande diante às muitas e inúmeras dificuldades que surgem no dia a dia.

O custo de vida sempre subindo, as remarcações de preços acontecendo a toda hora e a todo o instante. E quando fazemos visitas às regiões de Curitiba, àquelas onde residem famílias assalariadas, nós sentimos o desespero e a angústia que atingem a estas famílias.

Mas o desespero e a angústia tomam-se ainda maiores, quando se observa o índice de criminalidade verdadeiramente alarmante e assustador.

Hoje não se tem segurança dentro de casa; não se tem segurança em meio à rua, não se tem segurança no local de trabalho, nem nos templos religiosos nem tampouco nos cemitérios. Em todos os pontos e em qualquer dos horários estão agindo os pequenos e grandes marginais.

Hoje, lamentavelmente, já se observa a existência de quadrilhas organizadas.

Hoje, se pode dizer, com toda a certeza, o crime organizado chegou ao nosso País. E quando um homem trabalhador, um camioneiro é assaltado e roubado, no seu instrumento de trabalho, às 6 horas da manhã, quando um joalheiro é brutalmente assassinado ao final de uma etapa de trabalho, quando uma senhora lava as roupas e coloca no varal de sua casa, e daí a pouco não as encontra, quando senhoras ficam assustadas no interior de suas moradias, sabendo que o marido está trabalhando e está correndo risco.

Quando ela está só em casa com as crianças e está correndo risco.

Quando ninguém mais acredita em segurança, nós realmente temos que nos preocupar e nos preocupar e muito. E vamos jogar a razão desta insegurança, única e exclusivamente na polícia.

A polícia é a culpada de toda esta insegurança? Não, Srs., há muitos aspectos, há muitos pontos determinantes desta situação que hoje vivemos; não apenas nas grandes cidades, mas desde os vilarejos; em toda parte, a ação marginal, os assaltos a bancos estão acontecendo em pequenos municípios paranaenses.

Fazendeiros estão sendo atacados; lavradores estão tendo suas propriedades invadidas; lavradores estão sendo assaltados.

Então, os problemas não são apenas de polícia. A polícia está fazendo aquilo que pode e até às vezes ultrapassando os seus trabalhos.

Muitas vezes a polícia trabalha meses e meses para desbaratar uma quadrilha e quando consegue, em poucos minutos, o advogado vai lá e consegue o “hábeas corpus”.

E o advogado não é o culpado; se ele consegue o “hábeas

corpus” é porque as nossas leis dão facilidades para que o “hábeas corpus” seja concedido.

Se o juiz concede o “hábeas corpus”, é porque também ele não encontra o amparo para determinar que aqueles bandidos e marginais fiquem na cadeia.

Então, as nossas leis são frouxas e pobres e precisam ser transformadas.

E quando um indivíduo que mata, assassina um chefe de família, rouba, vai para uma penitenciária, ele fica lá, numa verdadeira escola do crime, onde não faz absolutamente nada, a não ser comer, beber, dormir, e tem as horas de lazer e fica só a pensar no que fazer, no que fazer amanhã.

Então, alguma coisa precisa ser feita.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho fazer um registro com muita alegria, da festa que viveu o Município de Loanda, no dia 27 p.p., sexta-feira, na oportunidade em que aquele município comemorou festivamente, com a participação de suas autoridades e a sua população, o 26.º aniversário de emancipação política daquele município. Mas não foi só isto, Sr. Presidente. Foi dupla a alegria do povo de Loanda e mais que o povo de Loanda, do povo do Paraná e também, em especial do Noroeste do Paraná, porque, na inauguração da obra do ginásio daquele município, uma obra invejável, construída pelos recursos do município e com a participação da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios do Paraná. Teve honra aquele município de receber a visita, além do Secretário Saul Raiz, Vilson de Conto, ilustre Governador do Paraná, que entregava aquela obra monumental àquele município, como sendo a milésima obra realizada dentro da programação da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios.

Naquela oportunidade, aquele ginásio de esportes, que comporta cinco mil pessoas sentadas, estava repleto por sua população. Estiveram naquele município, abrilhantando as festividades, além de sua população já dita, Prefeitos de toda região, vários Deputados.

Deu bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para verificar em Loanda, na 6a.-feira, naquela cidade brilhante, administrada por um hoje, que dá exemplo de administração municipal do Paraná e também do Brasil, Flávio Cossi, conduz aquele município com dedicação exclusiva. Médico que é, deixou de suas atividades profissionais para dedicar-se exclusivamente à construção de uma cidade que inveja a tantos quantos lá chegam e a conhecem.

Mais que isso, constatou-se a presença marcante do Governo do Estado do Paraná, na Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, na pessoa de Saul Raiz.

Está claro, no Paraná, que a criação desta secretaria veio em hora certa, marcando com objetividade precisa uma oportunidade como nunca de que a forma mais certa, de Governo do Estado do Paraná, apelar-se, vincular-se às comunidades, seria a criação de uma secretaria específica, cujo titular acompanhasse as obras e os interesses do município, conversando e discutindo com prefeitos, vereadores, com dirigentes, com os administradores municipais, para atender as obras de reivindicações prioritárias dos municípios.

Sr. Presidente, não há forma durante as legislaturas que aqui estou, mais certa e mais precisa de aplicar-se os recursos públicos, senão o de carrear da área federal e da área estadual para os

municípios. E lá nos municípios onde os recursos do erário, os recursos dos impostos, são bem aplicados e bem fiscalizados.

O que se aplica no município é fácil de verificar. Obras que se constata com a aplicação de dois ou três milhões, se tivessem que ser delegadas a empreiteiras longe, custariam o dobro ou talvez três vezes mais.

Portanto, esta política do Governo Ney Braga que aproxima o Governo dos municípios, prova, através de Saul Raiz, que há um verdadeiro interesse para o desenvolvimento do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há bem pouco tempo, o Sr. Jânio Quadros, num de seus pronunciamentos, acusou as oposições pelo enfarte do Presidente Figueiredo, que acabou por aproveitar sua viagem a Cleveland, para alinhar o emburlo eleitoral.

Hoje, é o próprio governo, através dos seus representantes, seus homens de confiança, seus ministros e burocratas, quem diz: "Foi a oposição quem provocou o pacote eleitoral". E mais: "O Presidente não aceita ser encostado na parede".

Estas afirmações, assacadas contra as oposições ainda perplexas com o ato arbitrário e autoritário do governo que hoje envia ao Congresso o seu projeto, partem, sem dúvida, daqueles que jamais encontrarão justificativas legítimas ou mesmo morais, para usarem e abusarem de instrumentos casuísticos.

O que se pode ver claramente, é que não há ninguém ao lado do governo, a não ser ele próprio.

E bem disse ontem um Companheiro, nesta mesma tribuna, que o governo perdeu o povo mas quer que seu Partido ganhe as eleições.

Aí as razões para a encruzilhada colocada ao governo. Ou segue pelo caminho democrático, colocando o poder em disputa, fazendo valer a Constituição e até o programa de seu Partido, ou envereda por aquele que tem sido o preferido pelo regime nos últimos 17 anos. O do arbítrio, onde, por mais esforço que se faça, não serão encontrados córregos límpidos onde se possa lavar a face, beber da água e ver espelhado, sem vergonha, o rosto de quem nunca usa máscaras.

Foi este o caminho escolhido pelo Governo do General Figueiredo. Foi esse o caminho hoje trilhado pelo homem que durante 55 dias tentou dar à Nação e aos brasileiros, a falsa idéia de que um poder civil governava este País.

Hoje ainda, pela imprensa, Aureliano, que foi ao Congresso Nacional na sua curta estada no governo, para buscar apoio e a legitimidade para seus atos, não cora ao alertar aqueles que ele chama de "radicais" e não economiza sequer expressões ameaçadoras como "ninguém vai encostar o Presidente João Figueiredo na parede".

Para dar uma efetiva resposta a este conjunto de advertências partidas do regime, que busca nas suas vítimas as justificativas para seus atos, é necessário buscar no caráter deste governo sua inspiração.

E este regime não tem feito outra coisa neste anos, senão mostrar que o povo é o que menos interessa, e que os interesses da grande maioria da Nação não são base para decisões.

Assim se pautando, nos mostra as bases para a análise do arbítrio. O interessante, senhores, é que o governo não consegue realizar uma introspecção para compreender a própria crise.

Será que a crise moral — que o assola e se reflete na crise política — não é resultado dos erros acumulados no dia a dia de sua irreflexão? Será que o caos econômico, financeiro e social — este último exigindo bilhões de cruzeiros para tratar da saúde

de um povo esquecido há muito tempo — não são resultado da receita usada pelo governo e que, obviamente, não deu certo?

É evidente que, diante de tudo isto, só restaria ao mesmo autor da bagunça financeira e social, rebuscar nos meandros da crise moral seu patrimônio atual, uma alternativa para evitar a condenação pública daquilo que construiu pelo tempo. E não poupa sequer aqueles que alicerçam seu Partido e que não podem, por um resquício de decência, aceitar cegamente as decisões do Poder Executivo.

Resta-nos perguntar ao governo quem é que construiu o que vemos hoje desmoronar em lama.

Entretanto, o governo que semeou vento, não esperava tempestade. Para evitá-la — já que era inevitável — decidiu bombardear as nuvens. E agora desvia os granizos para a lavoura que foi cultivada com água limpa e que frutifica em base popular, em resumo, voto.

Entretanto, senhores, esta é a característica da ação dos desesperados. E hoje, no Congresso Nacional, isto estará provavelmente evidenciado, pois caberá às consciências patrióticas, nacionais, que colocam a construção da democracia como pauta em suas vidas, legitimar ou não, o arbítrio.

Hoje que é digno do voto que recebeu, algum dia, não poderá ostentar a máscara.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Folhetim da "Folha de São Paulo", de 11 de outubro de 1981, portanto antes do pacote que foi ao Congresso na data de ontem, inseriu um artigo, de Heber de Souza, com o nome "A Síndrome de Dina".

Muitos dos senhores estão lembrados que a atriz Dina Sfat quando participou do Programa Canal Livre, como entrevistadora do General Dilermando Monteiro, teve a coragem de confessar naquele canal de televisão, o medo de que era possuída por estar falando com um general. Por isso, o escritor Heber de Souza deu como nome ao seu artigo: "A Síndrome de Dina".

E dizia o comentarista que a atriz Dina Sfat, ao expressar o seu medo, de fato, expressou o medo nacional, o medo da sociedade brasileira, ao se defrontar com algum militar.

Isso, Srs. Deputados, toma uma importância muito grande, neste momento, neste dia que sucede ao dia em que um novo pacote levado ao Congresso, à força, se faz sentir na Nação.

É bem verdade que, a partir do Rio Centro, a partir da demissão do General Golbery, é bem verdade que a sociedade estava — se bem que possuída do medo — também dele se libertando.

Diziam os estudiosos que, basicamente, toda ditadura se mantém baseada praticamente, em dois estados de espírito: o medo e a resignação.

A resignação é a pior delas, porque o homem resignado traz dentro de si o seu carcereiro. Já o medo, faz com que nos encolhamos e que deixemos, no aguardo de um futuro incerto, deixemos correr as coisas.

Srs. Deputados, este é, indiscutivelmente, o sentimento que acode hoje todo o brasileiro. Já há alguns meses atrás, quando levantávamos aqui inclusive que a Nação brasileira não acreditava se haveria ou não eleições em 1982, fomos contestados que as eleições estavam garantidas.

Mas eu continuo a desafiar a Nação brasileira, se teremos realmente eleições em 1982, e se as tivermos, como as teremos?

E parece que os fatos dos últimos dias estão bem a demonstrar que a sociedade brasileira tem todo o direito de ainda se sentir como Dina Sfat se sentia ao se defrontar com o General

Dilermando Monteiro, isto é, a sociedade tem todo o direito de se sentir com medo.

Srs. Deputados, apesar de dois fenômenos recentes — que não tirar o medo e a resignação do brasileiro, não temos dúvida — neste momento a sociedade brasileira está até certo ponto resignada, e com medo, e os dois fenômenos a que me refiro, é o novo posicionamento da Igreja e, paradoxalmente, o que vai acabar com a resignação do brasileiro é exatamente a sua política econômica suicida há pouco ainda levantada daquela tribuna, quando se dizia que o brasileiro aprendeu até a usar os supérfluos, a tentar viver numa Nação sem as condições de uma nação mais adiantada.

A Igreja está a nos ensinar que a resignação não leva aos céus, como fazia até há uma ou duas décadas atrás. Como disse muito bem D. Helder Câmara, aquela era a Igreja boazinha, que quando resolvia se envolver com a sociedade o fazia, individualmente, quer dando uma esmola, quer protegendo a pessoa de algum ser, mas nunca se envolvendo nos problemas comunitários; hoje, quando a Igreja passou a atender as coisas comunitárias, ver a sociedade como um todo e não como um indivíduo, essa Igreja deixou de ser a boazinha.

E é essa Igreja, um dos fenômenos que vai tirar a resignação do povo brasileiro, e de outra parte, o desenvolvimento capitalista transnacional que está vivendo o Brasil, vai fazer com que o brasileiro também não se resigne mais, porque hoje ele aprendeu a ter bens de consumo às vezes supérfluos, mas a gente sente, cada vez mais, que ele não se resignará a deixar de ter esses bens.

Portanto, Srs. Deputados, nesta aparente resignação e neste aparente medo da sociedade brasileira, está, por baixo de tudo isto, um verdadeiro vulcão, que toda a sociedade está percebendo, mas que parece os políticos não, eles não estão a perceber que o Sr. Delfim Neto está numa sistemática campanha contra o Congresso Nacional.

Senão vejamos: porque o Congresso Nacional há pouco tempo derrotou o “pacote” da Previdência e sugeriu que fossem taxados supérfluos.

O que está a fazer o Sr. Delfim Neto, o Ministro das multinacionais, no Brasil? Está a instigar toda a população brasileira contra uma relação que ele largou ao público, para depois criticar esta mesma relação como um balão de ensaio, mas no fundo, o que se quer é desmoralizar o Congresso, para evidenciar que o Congresso Nacional não tem capacidade e, ao alterar a lei, o “pacote” que lhe foi enviado, esse Congresso estaria a demonstrar sua incapacidade.

Isso, no pensamento do Sr. Delfim Neto e no dos seus asseclas de Governo.

E é tranqüilo hoje, vemos na televisão, nos jornais, nos comentários, que se quer demonstrar a incapacidade do Congresso Nacional ao se fazerem perguntas como aquela “se o automóvel era supérfluo”, ao se fazerem perguntas ou afirmações como aquela que “o que é supérfluo para um, não o é para outro”.

Na verdade, no Brasil temos um grande supérfluo, que é o Governo com suas mordomias. Realmente nisso talvez o Sr. Delfim Neto tenha razão. Bastaria que as mordomias dos Ministérios, o supérfluo dos seguros obrigatórios fossem tirados de lado, para o Sr. Jair Soares fazer campanha no Rio Grande do Sul, como está a fazer. Dinheiro que mal emprega, mas que vem massacrar e tirar do bolso do trabalhador paranaense e dos outros Estados desta Nação.

Por isso, quando vivemos sob o “síndrome de Dina”, é muito importante que se diga que há um esquema todo preparado, um esquema feito pelos menos capazes deste País, que são os militares, que não estão preparados para o diálogo ou para a luta política; estes mesmos estão a impor no seu próprio Partido, porque o PDS não foi ouvido no “pacote” que aí está, tanto que as declarações, a não ser aquelas orquestradas

de dentro do Palácio que ecoaram desde o Sr. Paulo Salim Malluf até o Rio Grande do Sul, com o seu Governador, dizendo o mesmo texto, passando pelo Paraná, de que o “pacote” era preciso e dando justificativas orquestradas, todos aqueles homens do PDS que pensaram por sua própria cabeça, ficaram a se perguntar da validade do célebre “pacote”.

Portanto, Srs. Deputados, esse “pacote” que aí está, não importa se favorece a “x” ou a “y”, se favorece o Partido “b” ou “c”.

O que interessa é a maneira como está sendo imposto na Nação brasileira e, novamente através desse “pacote”, Srs. Deputados, o que está a ocorrer é a volta do medo, é a volta dessa subserviência que o povo brasileiro é levado, mas estão enganados aqueles que pensam que por poderem comandar os fuzis e os canhões, poderão dominar essa Pátria toda vida.

Poderão dominar, isto sim, mas dentro das suas entranhas, temos a certeza, está a sua própria destruição.

Quero rir, e muito, quando essa dívida fenomenal do País levar à derrota esses que usurparam o poder. Quero rir, e muito, quando nossos políticos jogados de lado, desmoralizados pelo sistema, estiverem a ver as guerrilhas urbanas e rurais. Quero rir, e muito, quando os banqueiros que sustentam o regime, receberem na cara o “não” pagamento das dívidas que este País está contraindo.

A esta altura, e bem diz o “Financial Times”, de Londres, os banqueiros internacionais estão pensando duas vezes se emprestam para esse País e se não emprestarem, este País vai à bancarrota, levada por maus brasileiros, por civis que têm se utilizado das Forças Armadas para comandarem, como se isso fosse um quartel, como bem demonstra a Ordem do Dia enviada ao Congresso Nacional ontem, porque não passou de uma Ordem do Dia o “pacote” que o Sr. Figueiredo mandou, dando ordem unida inclusive aos homens do seu Partido, e nesse momento — é bom que se frise — tenho uma esperança, Srs. Deputados, que algum homem do PDS no Congresso Nacional, resolva escrever a História deste País e resolva levar este País ao confronto tão necessário e tão imediato.

Vejam, Srs. Deputados, bastarão dois ou três Deputados com vergonha na cara e patriotas, para mudarem o rumo deste País.

Deus queira que exista isso dentro do Partido Governista, porque apoio político o Governo não tem, apoio da Igreja, não tem, e apoio do povo também não tem. Tanto assim, que eu gostaria de ver se realmente tem o apoio das Forças Armadas, e lá tenho minhas dúvidas, porque o Sr. General Geisel lá não pode manter no seu redor Governadores como Sinval Guazelo, Jayme Canet Júnior, aqui no Paraná, Paulo Setúbal em São Paulo, ou como o Sr. Roberto Santos, na Bahia. Se não pode mantê-los ao redor de si, é porque existe alguma coisa de divisão entre eles próprios.

Está no momento da classe política pagar para ver, vamos ver. Fechem o Congresso e paguem o alto preço dos juros no mercado internacional para os empréstimos do Sr. Delfim.

Fechem o Congresso e paguem os altos juros que será o protesto do povo brasileiro.

Fechem o Congresso e as Assembléias, mas não as mantenham como mantêm, apenas como um elemento de fachada.

Por isso, Srs. Deputados, neste momento em que não sabemos se amanhã não teremos novos pacotes, se amanhã não teremos aqui o distritão, se amanhã não teremos aqui uma Lei Falcão, que beneficia apenas os homens que o Governo queira. Não são os homens do PDS, estou dizendo e reafirmo, apenas os homens que o Governo queira. Porque o Governo já distinguíu, existe PDS e pds. O seu partido são os seus homens e não os de personalidade do seu próprio partido e inúmeros exemplos estão aí a confirmar isso que afirmo.

Quando elementos dignos do PDS são levados a escanteio, são tirados da luta política para deixar aqueles que sirvam

melhor ao sistema. Por isso, Srs. Deputados, nós temos, neste País, medo, vivemos sob o problema do medo, da resignação.

O fato gerador do medo e da resignação é a chamada "Revolução", mas ela está chegando ao fim, porque não só o povo, não só a Igreja, não só os políticos, mas até a comunidade internacional das Nações estão a reclamar para esse País a liberdade que o povo tanto deseja.

Senão vejamos, Srs. Deputados, como se comporta um dos principais assessores do Sr. Figueiredo, citado neste artigo, o Sr. Samuel Huntington, assessor do governo brasileiro em assunto de descompressão. Essa "descompressão" entre aspas.

Diz ele: que no entender do Governo brasileiro, o excesso de participação leva à crise da ingovernabilidade.

Não quer o governo a participação, porque acredita que a participação é levar ao desgoverno, isto, na concepção dele. Esse é um dos assessores do Sr. Presidente da República.

É isso que, nesse momento, em que uma mulher resolve dizer do seu medo ao sentar à frente de um general, é bom que nós homens pensemos também que não se deve ter medo de quem é igual a nós, veste apenas uma farda. Paguemos o preço para ver se realmente eles são mais que nós.

Por isso, Companheiros, nesse momento em que a Nação é chafurdada pelas ordens unidas que vão ao Congresso, é de se esperar que Deus tenha um pouco de pena deste País e ilumine a cabeça de algum patriota que entrará, não tenho dúvida, na história, para que haja o confronto para vermos, realmente, se vamos continuar aqui como uma farsa ou ficaremos aqui como verdadeiros representantes do povo.

Srs. Deputados, essa é nossa posição em relação ao "pacote". Não nos interessa aqui discutir se beneficia "a" ou "b", nos interessa sim, que a Nação não está sendo consultada.

Aliás, muito bem disse o assessor do Sr. Presidente da República: "o excesso de participação leva ao desgoverno". Acontece que eu diria e ousaria dizer o contrário: "a falta de participação leva ao desgoverno que está aí, que é incisivo, que é um Governo que não vê o povo, que não vê seus companheiros, um governo que, reciclado, reprogramado nos Estados Unidos, há pouco tempo, volta com novo "pacote".

Como costume dizer, e já o disse, não se tratou de uma operação de safena, e sim, de uma reprogramação para que as transnacionais continuassem a dominar esse pobre povo como domina toda a América Latina.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Meu caro Companheiro de Partido, Deni Schwartz, ao ouvir com atenção as suas colocações da tribuna, me recordo de uma frase do Senador Tancredo Neves, quando se referia a esse "pacote" eleitoral, que tomou de sobressalto a Nação brasileira, à pessoa do Ministro Ibrahim Abi-Ackel, que foi a seguinte: "Com Ibrahim, só converso daqui para a frente sobre moda, miss e futebol".

O Senador Tancredo Neves, indiscutivelmente, um dos grandes democratas vivos desta Nação, um homem que todos aprendemos a admirar, não diria isso de graça; não diria isso sem ter uma profunda dose de razão.

Pela manhã, todos os líderes de partidos da oposição sentaram-se ao redor de uma mesa para discutirem, dialogarem com o Ministro da Justiça a respeito de matérias de interesse da Nação brasileira, que estavam e continuam a estar em tramitação no Congresso Nacional.

Mas, o que mais esses líderes exigiam do Governo, nobre Deputado, era a fixação da data das eleições para o próximo ano. De nada adiantaria, diziam eles, estarmos aqui dialogando, discutindo, articulando, negociando, sem antes que a Nação saiba se vai ou não haver eleições o ano que vem.

Esse Governo tem ao longo desses anos, perdido toda sua credibilidade perante a Nação, em razão de afirmações divergentes de vários de seus ministros.

E portanto nós, da Oposição, como aqueles líderes também não acreditavam de forma alguma em qualquer afirmativa que viesse desses homens sem antes, pelo menos, o povo saber se vai ou não vai haver eleições no ano que vem.

Há não muito tempo esse próprio Ministro da Justiça falava em encaminhar ao Congresso uma mensagem estabelecendo algumas medidas, dentre as quais a fixação da data de 15/11 para a realização das eleições.

Dias depois este aspecto foi omitido daquela mensagem, porque o Governo não estava convencido de que 15 de novembro seria o ideal para realizar as eleições.

Razões outras, nobre Deputado, haveriam e continuam a haver para que esta data não seja fixada.

Então, o que o Senador Tancredo Neves, o que o Deputado Ulysses Guimarães e demais líderes da oposição queriam, é pelo menos que a data das eleições fosse fixada.

E veja Vossa Excelência, que enquanto esses líderes, verdadeiros democratas, conversavam amigavelmente com o Ministro da Justiça do Governo Figueiredo, do outro lado ou bem próximo do Ministério da Justiça o "pacote" já estava redigido.

Então veja Vossa Excelência, que com um Ministro que age da maneira como agiu, tem razão o Senador Tancredo Neves em dizer que só dá para discutir daqui para a frente, sobre miss, moda e futebol. Sobre política, sobre assunto institucional, sobre coisa muito mais séria, não dá para discutir com o nosso Ministro da Justiça.

Vossa Excelência tem razão: será que vamos ter eleições no ano que vem? Vossa Excelência tem razão de colocar no ar esta indagação e desta tribuna mesmo, nobre Deputado, muitos Deputados do nosso Partido, quando colocaram dúvidas a respeito destas eleições, foram chamados de demagogos, de visionários, de pessoas que só pensam no pior.

Mas parece que, aos poucos, a verdade está sendo aclareada. É realmente um momento de grande preocupação para todos nós, brasileiros e democratas, porque não sabemos o que virá amanhã.

Um governo, um regime que faz o que fez, um governo e um regime que edita "pacote de abril", um governo que cassa parlamentares, um governo que prende, que tortura, que mata; um governo que acoberta a corrupção; um governo que prorroga mandatos, sob a alegação de que não tinha a coragem, até ontem, de pelo menos fixar a data das eleições, porque queria as eleições em dois turnos.

A grande verdade, nobre Deputado, que a hora, que o momento é de reflexão e é muito grave para a vida brasileira. Oxalá tenhamos no Congresso Nacional, pelo menos três Deputados com compromissos com o Brasil, Deputados que queiram passar para a História no bom sentido, Deputados que tenham, efetivamente, consciência das elevadas funções que exercem.

Porque de resto, só nos resta a subserviência, vergonhosa e passiva, de muitos homens que pertencem ao PDS com assento no Congresso Nacional, que aceitam de "goela a baixo", "pacote de abril", "pacote eleitoral"...

Desrespeito de um general que está à frente desta Nação, não pela vontade do povo, mas pela vontade de meia-dúzia de chefes de Estado, das Forças Armadas.

Espero, nobre Deputado, que alguns Deputados do PDS sintam a gravidade do momento e assumam efetivamente as suas posições.

Vossa Excelência está coberto de razão quando vem aqui colocar o medo que a Nação inteira atravessa. Realmente, todos temos medo, não dos homens de farda, mas do que pode acontecer daqui para a frente.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado José Tavares, dizendo, em resposta, que eu até não ousei julgar pessoas.

Sinto hoje que a classe política é que está ofendida. Coloco-me, por exemplo, no lugar do Senador José Sainey, respeitável, que tem de admitir, como o fez, hoje, aos jornais, que não sabe se virão outras coisas.

E coloco-me no lugar de um Cantídio Passarinho, Senador, nosso adversário, mas ilustre Senador, que tem que admitir que não se poderia perder a linha do diálogo. Estes homens estão sofrendo mais que nós, da Oposição.

Coloco-me no lugar de um Cantídio Sampaio, que até de manhã discutia, dialogava, e a tarde recebe uma bofetada. Este homem já um tanto com a saúde abalada, deve ter se sentido muito mais menosprezado que todos nós, da Oposição.

Ou então Luiz Viana Filho, um intelectual, que ontem na televisão tentava defender o indefensável; e até com sinceridade, admitir os erros do Governo.

Portanto, esta chicotada não é à Oposição, e sim a toda a classe política, e é neste sentido o meu pronunciamento.

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Deni Schwartz, Vossa Excelência hoje desta tribuna, está fazendo o que outros Deputados já fizeram e por este Brasil a fora estão fazendo, discutindo um assunto polêmico, muito controvertido, que foi o “pacote de novembro”, enviado ao Congresso Nacional.

No entanto, gostaria que Vossa Excelência — não sei se tomou conhecimento, e se não tomou, — me permitisse, iria ler, rápido, um editorial do “Jornal do Brasil” de ontem, jornal tido e havido como jornal oposicionista. Jornal que é Centro-Oposição; que tem demonstrado através de suas colunas, que a preocupação do jornal é de total independência, dando total cobertura aos Deputados do Partido Oposicionista.

O artigo intitulado “IMPULSO DO RETROCESSO”.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o eminente Companheiro Deni Schwartz poderá usar os quinze minutos destinados à nossa Liderança.

Desculpe interromper o aparte do Deputado Nelson Buffara.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Obrigado à Liderança do meu Partido.

Continua com o aparte o Sr. Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Nelson Buffara — Agradeço a Vossa Excelência e ao gentil Deputado Darcy Deitos, que me propiciou continuar com a leitura deste artigo do “Jornal do Brasil”, de ontem.

“IMPULSO DO RETROCESSO

É totalmente destituído de objetividade política o encontro hoje em Brasília, dos Presidentes dos Partidos oposicionistas. A iniciativa de convocar a reunião e a automática concordância de todos, demonstraram apenas que os dirigentes partidários foram realmente apanhados de surpresa.

Toda reunião guarda uma relação direta com a finalidade de sua convocação. O encontro de hoje foi convocado para tratar da fusão dos diversos Partidos oposicionistas, como uma resposta à ação política desencadeada pelo Governo.

Parceira fora de dúvida que a existência de vários Partidos, ainda que em fase de organização e sem passar pelo teste da eleição, não pode ser vista como um ato de confiança oposicionista na transformação do regime ou uma cortesia política por parte do antigo MDB que detinha o monopólio da Opo-

sição.

Se existem muitos Partidos disputando o sentimento oposicionista diversificado na sociedade, é porque se tomou impossível reunir numa única posição política a divergência com o regime e com o Governo. Então, não é gentileza nem simulação: é uma necessidade social atendida pela reforma partidária.

O Governo agiu certo e de acordo com os anseios nacionais, quando quebrou o monopólio oposicionista exercido pelo extinto MDB. Ao fazer agora, do lado da maioria, a aplicação de princípios que visam manter a unidade do PDS, o Governo está agindo dentro da mesma visão. Os métodos não são os mais desejáveis, mas o objetivo se enquadra nos propósitos que balizam a abertura desde seu começo.

A resposta oposicionista, para ser firme e convincente, teria em primeiro lugar de ser viável. A idéia da fusão, porém, é simplesmente inviável. Se a sorte do regime, para se tornar democrático e estável, depender da fusão oposicionista, não há como obrigar a esperança de um substancial progresso político tão cedo.

O impedimento natural para a fusão oposicionista não está nas normas nem na disposição agora demonstrada pelo Governo, para obter as vantagens que pretende: os interesses políticos separam os Partidos oposicionistas nos fins e nos meios. Portanto, mesmo que fosse fácil — e sabe-se que não é — voltar atrás na estruturação dos Partidos políticos, para reconstruir a antiga Oposição, o grau de disputa eleitoral entre seus candidatos não poderia acomodar todas as ambições legítimas.

A reunião é apenas para salvar as aparências. Ora, a necessidade de salvar as aparências esgotou-se e é preciso ser substituída pela necessidade de salvar a oportunidade política brasileira. A democracia é a oportunidade pela qual os brasileiros esperam. A fusão oposicionista seria o oposto, porque restabeleceria o impasse que levou, no devido tempo, a um longo esforço geral para romper a situação de crise potencial. Foi apenas uma visão de retrocesso a que cedeu o instinto oposicionista.

O pluripartidarismo é uma necessidade e não um artifício. As oposições estão divididas por efeito de uma pluralidade social que não pode ser menosprezada em qualquer avaliação política. E só a defesa desse pluralismo poderá dissuadir as prevenções que ainda resistem à conveniência da evolução democrática. Mais do que da unidade do Partido do Governo, a democracia no Brasil depende do pluralismo oposicionista.

A reunião de hoje é o reflexo de um estado de alma que passou. Faltou foi iniciativa para desmarcar o encontro e procurar no entendimento as soluções capazes de superar a situação que não dignifica os Partidos nem credencia as oposições ao desempenho político que o País espera de seus líderes”

Caro Deputado, foi extenso, peço excusas, porém este artigo revela o estado real, o que existe de mais autêntico no Brasil.

Efetivamente, não posso dar outra conotação, senão a de que foi muito feliz o articulista que escreveu no “Jornal do Brasil”, um jornal de oposição, este artigo que acabo de ler a Vossa Excelência.

Muito obrigado, pelo aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu, respondendo o aparte do Deputado Nelson Buffara, diria o seguinte: os articulistas, normalmente neste País, e eu os leio quase todos, estão vivendo num mundo irreal. Assim como alguns partidos políticos que vão a determinado bairro, reúnem meia-dúzia de pessoas e depois vão dizer que estão conversando com as bases e que são os representantes das bases.

Cito um exemplo aqui, neste momento, aqui mesmo no interior do Paraná, por interesses de algumas comunidades havia

coligação entre o PDS e o PMDB.

E cito um exemplo, no Município de Pitanga. Está aqui o Deputado Jurandir Messias, já havia um acerto neste sentido, porque não imoral a coligação, como não seria imoral a coligação do PDS e PMDB, como já se articulava na Guanabara.

O que acontece, Deputado, é que estamos discutindo sobre medidas e bem diz o articulista, os métodos adotados é que são errados, porque não foram ouvidos os políticos.

Se tivessem sido ouvidos, até o Sr. Abi-Ackel, tenho absoluta certeza que este monstro não sairia assim. E se saísse, sairia com o consenso dos políticos e de toda a população brasileira.

A grande verdade é não podemos negar isso, não é verdade que os homens estão hoje nas prefeituras, estão aqui no Paraná a torcer que houvesse uma fusão, uma coligação entre o PP e o PDS aqui no Paraná, que o Sr. Canet e o Sr. Ney Braga saíssem juntos em campanha, é ou não é verdade, isso é o desejo da base. Isso se chama desejo da base e articulista nenhum vai mudar isso.

Assim como no Rio Grande do Sul, provavelmente, muitos homens ligados ao Governo gostariam de ter ao seu lado o Sr. Sinval Guazeli, como lá na Bahia, o PP e o PMDB, se conversam muito bem, isso seria discussão democrática, porque os interesses devem ser levados, aí sim, às bases e o Deputado Cyro Martins até levantava sua mão quando eu afirmava isso.

Foi consultado o interesse do Sr. Cyro Martins, Deputado por Ponta Grossa? Foi consultado o PDS, é isso que estamos gritando aqui até ficarmos loucos. A grande verdade é que a medida não partiu dos políticos, e já fiz aqui até nominada de eminentes políticos do PDS que são homens reconhecidamente de honra, mas que têm que engolir esses pacotes.

Os políticos não estão mandando no Brasil, mas estão pagando ônus por serem políticos, porque está dentro de um esquema a desmoralização do político para que a ditadura possa se manter. Essa é a grande verdade. Porque, o político no Brasil, está sendo diariamente desmoralizado.

Srs. Deputados, não nos interessa discutir e analisarmos aqui se o pacote melhorou a posição do meu candidato ao Governo, ou do Sr. Saul Raiz, se ele vier a ser candidato, ou do Sr. Jayme Canet, ou do Sr. Paulo Pimentel, o que interessa é gritar bem alto, Srs. Deputados, que o Governador que for para o Palácio Iguazu não pode receber ordens de cima, porque será o Governador eleito pelo povo.

Não podemos admitir se amanhã tiver Richa no Poder, tiver Canet no Poder, ou seja lá quem for, baixa-se um ato a mando dos militares que ele será obrigado todos os dias a passar às cinco horas da tarde na Região Militar para prestar contas.

Isto está ocorrendo hoje, porque não temos liberdade nos Estados, porque se a tivéssemos, o Sr. Canet, no mandato passado, não teria sido proibido de falar no confisco da soja.

O Sr. Ney Braga, que se opôs à intervenção militar no Estado do Paraná durante a crise da suinocultura, quando os militares lá foram porque o Governador não confiava na polícia do Sr. Ney Braga.

Precisamos governadores independentes, seja do PDS, do PP, do PMDB, ou do PTB, mas que sejam independentes, a classe política tem de deixar o medo de lado, porque é o medo que está a nos tomar subservientes.

É isso, Srs. Deputados, que queremos dizer nesta tarde.

Queremos o Governo sim para a Oposição, mas queremos também, se for um homem da Situação, que ele possa ser realmente um Governador e não apenas um interventor.

Srs. Deputados, termino.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Deni, estamos realmente vivendo o pacote de Cleveland. O pacote elaborado por homens que não merecem o mínimo do respeito da população brasileira. Por homens que têm medo do povo, por aqueles que tomaram este Poder à base da força.

Este pacote veio do Pentágono e a abertura é “para inglês ver”.

Agora a gente começa a lembrar frases de eleito do Presidente-Militar, Presidente-General de Plantão: “Juro fazer deste País uma democracia”, “Eu prendo e arrebento”, e a mais recente “não aceito ser encurralado pela Oposição”.

Quem é que o Figueiredo pensa que é, na Ordem do Dia, Deputado, para se intitular dono da vontade popular? A ditadura neste País está mais latente do que nunca. O regime é o mesmo do Paraguai, é o mesmo do Chile.

Qual a diferença entre Figueiredo e Stroessner? Nenhum, Deputado.

Os dois são arbitrários e obedecem ordens como “office-boys” de alguns setores das Forças Armadas.

Essa brincadeira de “gato e rato” já cansou. O povo quer um governo sério que combata a corrupção, que combata o entreguismo, e não homens que colocam a farca acima de interesses maiores desta grande Nação.

Foi, na verdade, um novo golpe de Estado; foi um golpe de uma minoria privilegiada, que se sustenta no Poder à base da corrupção, contra a maioria oprimida e humilhada deste País.

Mas, esta violência terá a resposta nas próximas eleições, porque o povo, se Deus quiser, irá derrubar esses usurpadores do poder; o povo vai derrubar esse grupo de militares que faz desta grande Nação um grande quartel.

Figueiredo passa para a história, depois desse “pacote”, mas passa para uma página negra, manchada de vergonha. A classe política foi violentada, foi chicoteada no rosto, foi vilipendiada, humilhada, e já é hora de separar as coisas neste País: militares no quartel e políticos nos parlamentos.

Mas, o que o Presidente de Plantão não deve esquecer, nobre Deputado, é que quem apanha nunca esquece.

O SR. DENI SCHWARTZ - Termina, Srs. Deputados, com a frase inicial do artigo que citei no início: “Combater o medo é lutar pela democracia, e uma das formas de combatê-lo é de responder a esta questão: de que adianta o medo se, por fim, sem procurar as formas concretas e inteligentes de por fim ao sistema que o produz?”

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Consulto a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, no horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao nobre Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O pronunciamento do respeitável Parlamentar oposicionista, Deni Schwartz, motiva a nossa presença nesta tribuna, na oportunidade.

Vimos o eminente Parlamentar promover a análise de três matérias, prendendo-se mais especificamente às duas mais debatidas na atualidade brasileira, relacionadas à reforma política, através do “pacote”, anunciado e encaminhado ao Congresso Nacional e ao problema dos supérfluos num listão que está aí a ser apreciado e discutido.

Ouvimos o brado e o grito, em defesa do Parlamento e da classe política, um grito que todos demos e estamos a dar, durante muito tempo, mas é preciso que, antes de mais nada, cada homem de caráter, na Nação brasileira, da classe política,

bata no peito e diga da "mea culpa".

Por quantas vezes tivemos nós, ou muito especialmente as nossas lideranças partidárias, a oportunidade de buscar, através de diálogos ou negociações, entendimentos que realmente viessem a permitir a caminhada que estamos vivendo para a redemocratização da Nação brasileira?

Mas, parece que, quando se anuncia o convite, a convocação para a negociação, parece que as cartas vão realmente marcadas. Mas não tão somente do lado do Governo, como se pretende insinuar e se anuncia aos quatro cantos desta Nação, muito especialmente pelas lideranças dos partidos, anunciados como oposicionistas, que se sentam à mesa, numa mesa de negociação, quando as partes devem buscar entendimentos anunciando: "não abrimos mão de 'a'", não abrimos mão de "b'", não abrimos mão de "c'", evitando assim a possibilidade realmente, de que uma negociação, um entendimento sério da classe política, pudesse ser promovido.

Gostaria de estar aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para aplaudir o Congresso Nacional, para aplaudir os Srs. Parlamentares de todos os partidos políticos, do PDS, do PMDB, do PTB, do PDT, e do PP.

Vimos um grito, a princípio, anunciado, na Nação brasileira, quando o Parlamento encontrou forças para rejeitar a sub-legenda proposta para as eleições de governadores de Estado de nosso País.

A princípio, anunciou-se que o Congresso Nacional deixou de atender a determinação debaixo da chibata. Dois dias passados, em todos os cantos deste País, se anunciava uma grande vitória da Oposição, como se o PDS estivesse composto totalmente por párias da sociedade política brasileira. Quando decidiram, conjuntamente, com seus votos, de uma parcela de parlamentares que, com independência, entendiam que poderiam e deveriam receitar a sublegenda para as eleições majoritárias no meu País.

Na semana anterior, dizia, numa entrevista a uma jornalista, do meu ponto de vista, defendendo as eleições em um só turno. Era uma defesa do Partido oposicionista, muito especialmente de interesse dos partidos oposicionistas.

E vemos, no pacote anunciado agora, a fixação da data para o próximo pleito: 15 de novembro de 1982. E vemos, através da divulgação hoje dada por toda a imprensa nacional, da lei, por inteiro, a vinculação de votos que, a princípio, atemoriza a todos.

E nós vivemos num País em que ainda não se pratica a política partidária. Se esta decisão vai implicar em prejuízo para a minha carreira política, não importa que eu volte para minha casa, que sofra eu um prejuízo eleitoral num próximo pleito, mas, se busca viabilizar a formação política partidária do nosso porque até hoje não teve a oportunidade, não soube como se encaminhar para a conquista de uma formação partidária que deve ser fundamental para o fortalecimento da classe da vida política na Nação brasileira.

Mas, Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados, vemos então, quatro tópicos dos mais importantes, anunciados num "pacote" que a princípio parece atemorizador, mas vemos também oposicionistas cantando que "o tiro poderá sair pela culatra", e estamos pretendendo bancar o risco, entendendo que a Nação brasileira poderá ter aí a oportunidade de se manifestar num pleito eleitoral, indo às urnas para dar o seu voto.

Quantos votos serão invalidados, não sabemos. Se chegarmos ao ponto em que se encontre a oportunidade de, ao alfabeto seja proporcionado o direito de votar, uma tese que defendemos há muito tempo, que lhe seja dada a oportunidade através da escolha dos Partidos e das fotografias dos candidatos, como promovem nos países mais evoluídos do mundo.

Mas então, vimos o Poder que não pode, o Poder castrado, o Poder Legislativo que realmente vem atravessando uma fase de recuperação, atrapalhado, muitas vezes, pelas decisões iná-

beis das lideranças partidárias, e muitas vezes por aqueles que, por pressa, têm "comido cru e quente", e muitas vezes queimado a língua em nossa Pátria brasileira, e mesmo quando membro do MDB, o único partido político que já teve até sua extinção, e hoje não me envergonhando por ter feito uma opção partidária, livre e independentemente pelo PDS, busco manter, dentro deste meu Partido político, toda sua programação, em defesa da sua programação que não conflita em nada, pelo contrário, é até mais avançada do que a de muitos partidos oposicionistas existentes na atualidade brasileira, estamos até promovendo a justiça social, a socialização, muito especialmente aqui no Estado o Paraná, assunto que, se tivermos tempo, voltaremos a abordar, mas vimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, perdoem-me repetir agora, Poder castrado, Poder Legislativo valorizado por poucas horas e por poucos dias na Nação brasileira, quando da queda das sublegendas eu então não encontro justificativas para a falta de força desse Poder que derrubou um projeto originário do Executivo Federal, não permitindo a implantação das sublegendas. E esse mesmo Congresso foi incompetente, incapaz para defender uma tese que está vinculada diretamente aos interesses do povo brasileiro.

Sempre critiquei Delfim Neto, e esta tem sido a minha postura que ainda não se alterará na atualidade brasileira que vimos atravessando, e entendo que essa balela de supérfluos que aí está anunciada, realmente, Deputado Deni, para temos da classe política por ser hoje e o será certamente e tem que ser porque estão colocando mal a matéria para a Nação brasileira, como se fosse matéria de autoria do atual Presidente da República do nosso País, quando foi essa matéria aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, com a participação do voto decisivo de todos os líderes dos Partidos Oposicionistas, se encontraram forças para derrubar uma matéria de interesse político e muito possivelmente de interesse pessoal, onde estava a força dessas lideranças para defender os interesses do povo brasileiro? É por isto que daqui anunciamos, no início do nosso pronunciamento, de o político parar, pensar e bater no peito o "mea culpa".

Vemos então, Sr. Presidente, realmente aí, gerado numa decisão do Congresso Nacional, porque a bem da verdade, o Governo Federal não encontrou uma solução para o problema previdenciário em nosso País, e infelizmente a classe política brasileira, com a participação de todos os líderes oposicionistas, voltamos aqui a frisar, também tiveram a sua participação, agravando mais a situação nacional, porque realmente a taxa-ção dos supérfluos vai implicar no desemprego, e parece que era mais importante assegurar a eleição de um ou de outrem, para o Governo deste ou daquele Estado, do que o desemprego para o trabalhador ameaçado de ser lançado às ruas da cidade grande, para engrossar as fileiras dos desesperados da Nação brasileira.

É por isto que Lideranças políticas têm que anunciar que não sabem o que poderá vir amanhã, e realmente, acredito eu, que tão somente profetas pudessem dizer o que poderá vir amanhã, porque se não vemos uma manifestação através das lideranças políticas nacionais, dos Partidos políticos atuais, é muito natural que toda ação motive uma reação.

Uma ação do PDS nesta Casa tem motivado reações das bancadas oposicionistas neste Poder, e não podemos partir, Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados, para uma mesa de negociação, quando entendem, acredito eu, e esse é o meu ponto de vista, as lideranças dos Partidos oposicionistas, que só vai se redemocratizar o País quando em nossa Pátria se instituir regras políticas para que o poder seja entregue à Oposição na Nação brasileira.

Concedo o aparte, inicialmente, ao Deputado Líder do PMDB.

O Sr. Nilton Friedrich — Pretenderei ser breve, porque o tempo

realmente urge.

O que pretendia a Oposição nas negociações? Será que o povo brasileiro e será que os homens do Governo estão querendo esconder o "sol com a peneira?" Qual o crime que a Oposição praticou no caso das negociações? O de querer eleições limpas? Esse foi o crime? De querer a data da eleição? De querer o fim do casuismo que desde o início do ano o Governo anuncia medidas eleitorais que não vieram? Só vieram em conta-gotas, com o objetivo claro de perverter a vontade das urnas. O voto vinculado que aniquila a pretensão dos partidos de estrutura menor? Isso é realmente pluripartidarismo em abertura? E o que é mais grave, Vossa Excelência acusar o Congresso de supérfluo? Supérfluo todos sabem o que é. Só num País que tem um Governo de Vossa Excelência, é que não sabe o que é supérfluo, e o Congresso fez e fez muito bem...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente... (tumulto)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) (Faz soar os tímpanos) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) Responderam à chamada nominal, 49 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a designação de uma Sessão Ordinária para o próximo dia 04 do corrente. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jurandir Messias, Deni Schwartz e David Cheriegate, constantes do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nº 129/81, Proposição nº 97/81 e Projeto de Resolução nº 92/81. — **Aprovados.**

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 129/81, (Mens. Govem. nº 109/81), que majora os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica, a partir de 01 de janeiro de 1982. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — da Proposição nº 97/82, à Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que altera o parágrafo único do Art. 74 da Constituição do Estado do Paraná, conforme especifica. (Reduz o tempo para aposentadoria aos Professores) Com Parecer Favorável da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 92/81, oriundo de Parecer ao SUBSTITUTIVO do Projeto de Lei nº 60/81, aprovado por unanimidade na COMISSÃO DE CONSTI-

TUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, do Município de Corbélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de BRAGANEY. —

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 78/81, que declara de utilidade pública a LIGA LONDRINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO, com sede e foro na cidade de Londrina. — **Aprovado**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 86/81, que declara de utilidade pública o INSTITUTO DA IGREJA SÃO CARMELO DIVINO, com sede e foro em Curitiba. — **Aprovado..**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 79/81, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govem. nº 70/81), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC, os imóveis que constituem as Glebas que especifica, da Colônia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra, aos seus legítimos ocupantes e adotar outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. COM EMENDA DE PLÊNARIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. —

Sobre o referido projeto, emenda de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério.

Esta Presidência, decidindo uma questão de ordem levantada pelo Deputado Deni Schwartz, baseada no art. 140, § 5º, "não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Esta Mesa deixa de receber a emenda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, embora o imenso respeito que tenho pelas decisões da Mesa, especialmente por Vossa Excelência, com quem convivemos há longos anos, não só na política como nesta Casa, discordo da sua decisão.

Se Vossa Excelência consultar o artigo 124, do Regimento Interno, e requeiro — embora, data vênica, que tenho por Vossa Excelência — submeta a decisão de Vossa Excelência em não aceitando nossa emenda, ao Plenário da Casa, de acordo com o que dispõe o artigo 125 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, baseada no artigo 125 — das decisões da Mesa, "deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário...", a Mesa defere e irá por em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Sr. Presidente, me parece que neste instante precisamos ter, acima de tudo, predisposição de respeitar os dispositivos que regem, não esta Casa, como todo o Estado do Paraná, em especial a sua Constituição.

A Assembléia Legislativa tem, através de seu Regimento Interno, a espinha dorsal de toda a sua funcionalidade e especialmente quando, no capítulo dos projetos, fala que exatamente as emendas, como a apresentada, uma emenda aditiva, não poderá ser estranha à matéria do projeto, não podemos, em hipótese alguma, rebuscar em outros capítulos, até estranhos, aquele que deve ser aplicado neste instante, para justificar um apelo ao Plenário para a decisão.

Sr. Presidente, é por demais claro o Regimento Interno em que ele determina, sem nenhuma dúvida, isto que estamos falando.

Por isto, apelamos a Vossa Excelência por respeito ao artigo 139, parágrafo quinto: "Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal".

Para que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os Parlamentares decidiram aprovar um Regimento, explicitando, expressando de maneira tão clara, incisiva, de que não será admissível emenda aditiva que não tenha relação direta, imediata, com a matéria da proposição principal. E vamos rebuscar em outra coisa, totalmente alheia a este projeto.

Por isto, Sr. Presidente, Vossa Excelência, que procedeu de maneira tão correta na primeira decisão, dando resposta a que interrompera, segundo indagação do Deputado Deni Schwartz no dia de ontem, é muito claro.

Mas, como se não bastasse um dispositivo que é tão meridiano, que qualquer criança do ensino primário teria a dedução clara que teve Vossa Excelência no início desta decisão, se não fosse só a clareza do art. 139, principalmente parágrafo quinto, ainda temos que nos recorrer do artigo 25 da Constituição do Estado: "É da competência exclusiva do Governador a iniciativa de leis que: a) disponham sobre matéria financeira".

Sr. Presidente, ou esta Casa assume um mínimo de postura e de respeito ao Regimento Interno e Constituição do Estado, ou isto aqui vira circo de favores e de interesses, subaltemo a um picadeiro de vantagens.

Não podemos admitir, se o Estado tem necessidade de suplementação, que o Executivo assuma a responsabilidade. E já que teremos uma convocação extraordinária, a Bancada do PMDB estará aqui, para discutir a matéria.

Não tenho a decisão ainda se votará a favor ou contra, mas estaremos aqui, no período extraordinário, para proceder desta maneira.

Mas, não podemos aviltar, subverter, sob pena de esturpar a consciência jurídica daqueles que têm um mínimo de respeito à Constituição, que elaboraram um Regimento Interno. Porque nós, ao menos, entendemos que um Regimento Interno é para valer, a não ser que é para brincadeira.

Sr. Presidente, apelamos ao espírito de justiça, de magistrado, para fazer respeitar o Regimento Interno e o artigo 25, letra "a" da Constituição do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado que, baseado no artigo 140 do Regimento Interno, parágrafo quinto, deixou de receber a emenda subscrita pelo nobre Deputado Erondy Silvério.

Mas, também baseado no artigo 125, do mesmo Regimento Interno, cabe da decisão da Mesa a audiência deste Plenário.

Razão porque a Mesa irá colocar em votação a decisão da Mesa.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, tenho a impressão de que o Regimento Interno desta Casa, em seu artigo 140, inciso quinto, é muito claro. Tão claro que, Vossa Excelência, na condição de magistrado desta, o aplicou integralmente. Da mesma forma como Vossa Excelência quer aplicar a disposição do artigo 125, que, data vênica, não deve ser aplicado para o assunto, senão vejamos:

"Art. 125 — Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário".

Da forma como está redigido, não resta a menor dúvida, Sr. Presidente, que Vossa Excelência estaria coberto de razões. Mas vamos ao artigo 123 do Título III do Capítulo I, das pro-

posições em geral. — O que diz o artigo 123: — "Proposição é toda a matéria sujeita a deliberação da Assembléia".

Até aí, tudo bem. Inciso I — "As proposições poderão consistir em projetos de lei, projetos de resolução, emendas, — que seria o caso — indicações, requerimentos e pareceres"

O inciso II, que é o que eu invoco a Vossa Excelência, diz: "Só serão aceitas pela Mesa, proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento".

Então, se Vossa Excelência concorda com os dispositivos do artigo 140, inciso quinto, do Regimento Interno, logo também haverá de ter o entendimento de que o inciso segundo do artigo 123, fala em matérias redigidas de acordo com este Regimento.

E o artigo 140, inciso V, diz que "A emenda em questão, por ser aditiva, não será admissível, por não ter nenhuma relação direta e imediata com a matéria da proposição principal".

Então veja Vossa Excelência, Sr. Presidente, que o artigo que o nobre Líder, Deputado Erondy Silvério invoca para submeter à deliberação do Plenário e que Vossa Excelência acata, é muito claro quando diz no inciso II que só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento. Logo, esta emenda não fora redigida de acordo com o Regimento, segundo o que dispõe o artigo 140, inciso V.

Apele a Vossa Excelência para que não cometa mais uma violência ao Regimento e à Constituição.

Vossa Excelência deve ter bem em mente o episódio do Tribunal de Contas, que esta Casa tanto debateu, quando num projeto que dizia respeito à estruturação do Quadro da Procuradoria Geral do Estado, o nobre Líder inseriu uma emenda aditiva, relacionado com os quinze anos do Tribunal de Contas, que nada tinha a ver com o projeto principal.

E agora o assunto se repete, o fato se repete. Então, diria a Vossa Excelência, que se não for para cumprir o Regimento Interno, para que tê-lo? Além do mais, se não for para cumprir o Regimento, cumpra-se pelo menos a Constituição, que é clara, quando diz que a iniciativa de matéria financeira é da competência exclusiva do Sr. Governador do Estado.

Ora, Sr. Presidente, confesso que se a Mesa acatar esta emenda, vou rasgar a Constituição que tenho em mãos e o Regimento Interno, como protesto.

Não haverá razão para que estejamos aqui no plenário para falar em nome de uma Constituição vilipendiada todos os dias, nesta Casa:

Rasgo, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o nobre Deputado José Tavares e toda a Oposição deveriam ter rasgado a Constituição do Estado, quando apresentaram dezenas de emendas à Proposta Orçamentária, emendas essas violentamente constitucionais, e eu não vi ninguém rasgar a Constituição. Não vi ninguém. Que é crime, e é bom que o Deputado rasgue a Constituição, para demonstrar o respeito que tem pela nossa Lei Maior.

Vê Vossa Excelência que a Oposição está fazendo tempestade em copo d'água.

Esta Casa já havia aprovado, anteriormente, lei autorizando o Poder Executivo a conceder auxílio de até seis milhões de cruzeiros para a construção do Memorial JK. Entretanto, no artigo segundo daquela lei, nós indicamos a votação orçamentária por onde deveria ocorrer a despesa.

Mas acontece que o Governo do Estado, já havendo suplementado o seu orçamento em 30 por cento para atender as despesas com majoração de vencimentos do pessoal, votados por esta Casa, e cujo episódio todo mundo conhece, que terminou inclusive numa greve do magistério, estamos autori-

zando, através de outra emenda, do Governo do Estado, a suplementar novamente o orçamento.

E esta emenda posta ao Projeto de Lei 79/81, diz apenas o seguinte: "para atender as despesas decorrentes da aplicação desta lei, que já era lei aprovada por esta Casa, servirão como recursos para sua cobertura, qualquer das formas especificadas no parágrafo primeiro do artigo 43, da Lei Federal 4320, de 17/03/64.

Nenhum segredo, Sr. Presidente. A Casa já aprovou a lei que autorizava o Chefe do Poder Executivo a contribuir para a construção do Memorial JK.

Apenas estamos dando nova redação ao artigo segundo, indicando fonte de recurso e Vossa Excelência agiu muito bem, porque é um direito que qualquer Sr. Deputado tem, de decorrer da decisão da mesma ao Plenário, sem que para isso se precise rasgar o que quer que seja, quanto menos a Constituição do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, espero que Vossa Excelência mantenha a decisão dada ao nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) — Das questões de Ordens, Artigo 97, "todas...

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência prossiga a vossa decisão, queria argumentar o seguinte, em Questão de Ordem.

Diz o artigo invocado pelo eminente Deputado Erondy Silvério, o 125, para recorrer ao Plenário mas, data vênica, Sr. Presidente, a sua decisão se estribou no artigo 123 e 140, porque a matéria não pode ser aceita pela Mesa.

Veja Vossa Excelência que cabe decisão ao Plenário daquelas matérias que estejam em consonância com o Regimento, e que um descumprimento da Mesa poderia ser corrigido pelo Plenário.

Então, o Plenário é autoridade maior para fazer cumprir o Regimento, no meu entendimento. O que não ocorre neste caso, em que a matéria feriu totalmente o Regimento, e Vossa Excelência deu uma interpretação correta ao não aceitar a matéria.

Ora, se assim fosse, Sr. Presidente — o Plenário é soberano em todas as questões — não haveria estabilidade, não haveria disciplina, não haveria necessidade exatamente do Regimento, porque, a qualquer momento que o Plenário entendesse, estaria corrigindo as decisões que Vossa Excelência tomasse.

Vossa Excelência tomou uma decisão correta ao não aceitar, porque feriu o Regimento.

As decisões ao Plenário são aquelas para corrigir erros de interpretação da Mesa. A vossa decisão foi correta e não cabe reparo.

Por isso, só cabe recurso ao Plenário quando o Regimento estiver sendo ferido.

Quem levantou a questão de ordem, mostre a Vossa Excelência onde a sua decisão feriu o Regimento. Só assim Vossa Excelência poderá levar a decisão ao Plenário. Caso contrário, Vossa Excelência — de uma decisão correta — no meu entendimento, data vênica, — volta a fazer uma interpretação totalmente sofismática, que é o caso da Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Erondy Silvério.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE — Baseado no artigo 97: "Todas as dúvidas sobre interpretação deste Regimento, na sua prática, constituirão questão de ordem.

§ 1.º — Todas as questões de ordem claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia".

A Mesa deixou, baseada no artigo 140, deixou de receber

a emenda. E também baseada no artigo 125 do mesmo Regimento, irá submeter a decisão da Mesa ao Plenário.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela Ordem) Eu invoco outro artigo do Regimento: 140, parágrafo 10: "As emendas que criarem e aumentarem despesas, serão submetidas à Comissão de Orçamento; as que reduzirem a receita pública, à Comissão de Orçamento".

Vossa Excelência pega a Lei 4320, no seu artigo 43, — citado inclusive pelo autor da emenda — que diz o seguinte: "A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Parágrafo primeiro: (e aí existem as considerações de quais são esses recursos).

Isto é para caracterizar que a iniciativa não pode ser da Assembléia, porque ela não tem como indicar esses recursos, não tem como saber de onde se está reduzindo recursos para esses seis milhões de cruzeiros, ou se haverá "superavit", se esse "superavit" já foi indicado para outros créditos suplementares.

Quer dizer, esta Casa, Sr. Presidente — e é chegado o momento em que nós, para respeitarmos a classe política, e o Deputado Del Ciel disse há pouco, a necessidade de nos respeitarmos, para que não tenhamos que bater a "mea culpa" daqui a pouco, como disse o Deputado Del Ciel, há necessidade de que haja um estudo mais aprofundado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Questão de Ordem) Artigo 97 do Regimento Interno.

A questão de ordem formulada pelo Deputado Deni Schwartz estava corretíssima, até a hora em que ele extrapolou seu pensamento e desviou-se completamente da matéria, objeto da discussão.

Espero que Vossa Excelência determine ao orador que formule a sua questão de ordem sem nenhuma divagação, que não tenha relação com a matéria.

O SR. DENI SCHWARTZ — Concluo, Sr. Presidente, pelo Artigo 140, § 10, está claro. E o que eu quero dizer, Sr. Presidente — e vai me permitir o ilustre Líder do Governo — se os homens do Governo, do Executivo, são incapazes de preverem suplementação de verba em tempo hábil, que não coloquem a culpa nos Srs. Deputados, porque nós temos à frente, e parece que o Sr. Líder do Governo também citou — temos uma outra suplementação, que também é de iniciativa do Executivo, e se não o fez é porque nós realmente estamos perdidos. O executivo não sabe a quantas andam as coisas do Estado. E não deverá caber culpa aos Srs. Deputados, pela imprevidência do Executivo.

É o momento de se chamar a atenção inclusive do Executivo, para que não trate a Assembléia como vem tratando. Poderíamos — inclusive dissemos antes da reunião — poderíamos até dialogar sobre isso.

Isso foi ouvido pelo Deputado Del Ciel. Estamos dispostos a dialogar, mas queremos que se respeite a Casa, que as minorias sejam respeitadas. Só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa aos Srs. Deputados, ao Deputado Deni Schwartz, que já decidiu, baseada no artigo 140, deixa de receber a emenda, mas também baseada no art. 125, vai submeter à decisão da Assembléia Legislativa.

De modo que os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa de não receber ...

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela Ordem) Estou invocando o Art. 140, § 10, estou requerendo, de acordo com o Re-

gimento, que essa emenda receba, da Comissão competente, conforme determina o Regimento ou seu parecer.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que ainda não recebeu a emenda. Vai depender da decisão do Plenário.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da mesa em não receber a emenda, queiram levantar-se.

Os Deputados que rejeitam a decisão da Mesa, queiram levantar-se.

12 Srs. Deputados aprovam a decisão da Mesa, 27 rejeitam.

Está recebida a emenda. Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, uma informação ao Parlamentar que está na tribuna: há possibilidade de discutir o projeto?

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) O projeto está em fase de votação.

Vossa Excelência tem dez minutos para encaminhar a votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, hoje, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao discutir o projeto em tela, estamos tendo um quadro por demais evidente: o desequilíbrio em que o Poder Legislativo está atingindo.

E nessas alturas, passo a me perguntar: será, realmente, que os militares que gostariam de ver os legislativos permanentemente trancados, não têm alguma razão? Quando os homens que têm a responsabilidade, pela própria instituição, de fiscalizar a lei, de legislar e, inclusive, de criar novos fatos? Passam a atropelar toda a importância do processo de votação, o processo legal, constitucional e regimental.

É por estas e outras razões que nenhuma das palavras que ouvimos no horário da Liderança do PDS, há pouco, têm razão de ser, porque na verdade, acabam engolindo suas próprias palavras e acabam jogando no lixo um Regimento Interno, a Constituição do Estado e a própria dignidade do Parlamento, até nas pequenas coisas.

E não deve ser motivo de euforia, de sorrisos, de humor negro, nada hilariante àqueles que simplesmente acham que isto é normal e que deve continuar porque assim já foi ontem, e assim deverá ser hoje e continuará amanhã.

Recentemente, este Parlamento teve uma ampla discussão sobre esse mesmo assunto que agora vem, por esta emenda, novamente à apreciação — seis milhões de cruzeiros para a construção do Monumento JK.

A Assembléia manifestou-se; a Oposição procurou dar um sentido mais sensato à própria proposta de doação de seis milhões de cruzeiros.

Em resumo: pretendendo que esses seis milhões de cruzeiros fossem aplicados em alguma obra, no Estado, e que desse a denominação do ex-Presidente que merece a homenagem, e não fizessemos o recolhimento do povo do Paraná para o qual o povo não foi consultado e que, pela própria origem desse movimento, dizia-se que se recolheriam recursos através da espontaneidade do povo brasileiro.

E agora volta esta mesma matéria, através desta emenda, uma emenda que vem como o próprio "pacote" — reservadas as proporções — atravessar o projeto, que nada tem a ver com o assunto.

E não podemos admitir que nos empurrem, goela abaixo, aquilo que fere a decência do Poder Legislativo.

O Regimento é tão claro, tão incisivo, tão meridiano,

não assiste à Presidência desta Casa e a nenhum Parlamentar, duvidar do dispositivo que trata do assunto, mas como se não bastasse o Regimento, que é coisa interna da Casa, a Constituição do Estado é ainda mais evidente, clara, objetiva, meridiana.

Mas será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que há por trás de tudo isto? O que impede, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Poder Executivo encaminhe os projetos que pretende inclusive os que dizem respeito a esta emenda e à outra, que também é escandalosa, e que virá logo em seguida?

O que está a impedir que o Poder Executivo utilize das suas prerrogativas, que já são exageradas?

Mas não. Nós políticos, estamos tendo o péssimo hábito de contribuir para a decadência do Poder Legislativo, quando, impedidos pelo Regimento, proibidos pela Constituição, acabamos fazendo aquilo que o Executivo não faz. Por que?

Por incompetência, omissão, passividade, ou por ter um pouco de decência e não querer fazer um projeto e encaminhar à Casa, doando seis milhões de cruzeiros? Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não temos dúvidas de que não será através desses caminhos que estamos trilhando nesta tarde, que haveremos de moralizar e dignificar o Poder Legislativo deste País, a cada ato que se pratica, se multiplicam as razões daqueles que acham que isto aqui realmente está virando tudo, menos uma Casa de Leis, porque, quem realmente estupra a consciência jurídica e atropela os dispositivos regimentais, na verdade está rasgando o conceito de ser, esta aqui, uma Casa de Leis.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos até imaginar com benevolência, que estamos diante do final do período de funcionalidade normal do Poder Legislativo do Paraná; mas todos sabem, as informações correm e a imprensa inclusive divulga, haverá uma convocação extraordinária, e por que não se fazer essa prática dentro do leito natural que é a vinda do Poder Executivo para cá? Ou será que só valem as emendas de determinados Deputados, principalmente da Liderança do PDS nesta Casa?

Aí sim, rompemos toda a barragem da inconstitucionalidade, inundamos a consciência jurídica, que afogamos todos os dispositivos regimentais, isto é possível. Mas até quando? Será que não podemos, de uma vez por todas, não de cócoras, verticalmente, dizer ao Executivo que assuma as suas obrigações? Caso contrário, que admita portanto, uma reforma da Constituição, uma modificação da estrutura jurídica neste País.

Mas, o que esperar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de um Parlamento que fica elogiando as medidas do "pacote de novembro", que é pior que o "pacote de abril"?

O que esperar, Sr. Presidente, de Parlamentares que levam uma bofetada e ainda agradecem sorrindo o que o Executivo "todo poderoso" faz no Planalto ou aqui mesmo?

Realmente, quando a concordata bate à porta, ou quando a falência se aproxima, sabemos que, juridicamente, a lei determina que se nomeie um concordatário ou um síndico e a classe política está convidando que os militares continuem assumindo a condição de síndicos da Nação brasileira, porque começa por aqui a falência do Poder, quando se tomam atitudes como esta.

Nós queremos construir um Poder independente, vertical, que possa assumir as suas prerrogativas inclusive na prática, mas não podemos, de maneira nenhuma, nos vincularmos e analisarmos e endossarmos medidas que, acima de tudo, deprimem o Poder Legislativo do Estado do Paraná, como de qualquer Parlamento deste País.

É assim que a classe política, acima de tudo, está cavando sua própria cova, porque é impotente para respeitar as leis que cria, porque desprestigia a sua própria criação.

Qual monstruosidade faz a geração de uma lei e depois é

a primeira a absorver, a massacrar a própria lei que cria. É a monstruosidade: o criador acaba engolindo e absorvendo o produto criado.

É isso que se pratica, Sr. Presidente, Srs. Deputados. E não somos consórcios disso, nem co-partícipes dessas decisões e tomara que Deputados que passam pela CCJ, que passam pela Comissão de Finanças, também levantassem duas vozes, não talvez para desrespeitar uma emenda de um Líder, mas acima de um Deputado ou de um Líder de Bancada, está a Constituição do Estado.

Está acima da pretensão deste ou daquele, o dispositivo regimental.

Por isso, Sr. Presidente, temos um resquício ainda de esperança, de que esta emenda com outra que virá daqui a pouco, sejam retiradas e que venham pelo canal natural, pelo leito normal, que é do Executivo para o Legislativo, e estaremos aqui para aprovar ou rejeitar, dependendo do encaminhamento da votação ou do convencimento que se fará em nossa Bancada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Continua em votação o projeto, ressalvada a emenda.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando ingressei na Faculdade de Direito de Curitiba, e durante todo o meu curso, aprendi com meus professores que o direito e as leis vigentes no País, eram coisas sérias e coisas sagradas, e que todo cidadão tinha a obrigação moral e cívica, sob pena de responsabilidade, de cumprir as leis e respeitar o direito.

Isto aprendi durante meus cinco anos no Curso de Direito, que concluí.

Aprendi também pela escola da vida, que as leis foram feitas para serem cumpridas, e tenho aprendido também, Sr. Presidente, que o Brasil é o País das leis que não são cumpridas.

Eu sei, Vossa Excelência sabe, todos os eminentes Deputados aqui presentes, sabem, e todas as pessoas que nos honram com suas presenças, por certo também haverão de saber que as leis foram feitas para ser cumpridas.

Agora, eu não sabia, e tenho certeza que muitos que aqui estão não sabem, que a Assembléia Legislativa do Paraná, que é tida e havida como a Casa das Leis, ou onde elaboram as leis, aqui não se cumpre.

Eu não sabia, quando aqui cheguei há três anos atrás, que exatamente aqui na Assembléia, repito, o Poder onde teoricamente se elaboram as leis e exatamente aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que as leis não são cumpridas.

Isso é o fim. Confesso que a cada instante da minha vida de Deputado, me decepção mais. Sou um homem decepcionado, ferido nos meus valores mais elevados, que de obediência às leis, de respeito ao direito dos cidadãos, de tratar as coisas com seriedade. Pois é exatamente aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, onde as leis não são cumpridas.

O que é que nós estamos fazendo aqui? Qual é o poder, qual é a atribuição do Deputado, do homem que para cá vem em nome do povo? Para fiscalizar os atos do Executivo, elaborar as leis que venham de encontro com os anseios da comunidade.

Estamos aqui para ferir diariamente o regimento, para que regimento então, Sr. Presidente? Estamos aqui para ferir diariamente a Constituição. Para que Constituição, Sr. Presidente?

Se estamos aqui para ferir o Regimento Interno da Casa, a Constituição, que é a Carta Maior deste Estado, olha, Sr. Presidente, eu não sei o que estamos fazendo aqui então. Eu não sei.

Confesso que ao ser acatada esta emenda e a outra que

virá num outro projeto, que trata da Procuradoria Geral da Justiça, será o mesmo que decretar a falência do Poder Legislativo.

Se o Partido do Governo tem maioria nesta Casa e tudo faz e tudo pode, acho que esse Partido não tem o direito de ferir a Constituição. Acho que este Partido não tem o direito de inovar o Regimento Interno, porque é muito claro, Sr. Presidente, o que está escrito no artigo 140, parágrafo quinto: "Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva — que é o caso — que não tenha relação direta e imediata com a matéria da proposição principal".

A Mesa, analisando este dispositivo, o cumpriu corretamente. Mas o nobre Líder da Maioria desta Casa, Deputado reconhecidamente competente, invocou o dispositivo do artigo 125, do mesmo Regimento, que diz o seguinte: "Das Decisões da Mesa — Deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário".

Todos nós sabemos que o Plenário é soberano, mas o é para exigir o cumprimento do Regimento e da Lei, mas não o é para fazer com que o Regimento seja descumprido.

O que diz o artigo 123, parágrafo segundo? "Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento — Proposições redigidas de acordo com este Regimento".

E, no caso em discussão, a proposição que é uma emenda que visa abrir crédito especial de seis milhões de cruzeiros, não tem nada a ver como projeto principal que diz respeito ao Estado alienar terras no Município de São Jerônimo da Serra.

Ora, meu Deus do céu, eu não sei realmente o que é que nós estamos fazendo aqui, diante de tão claras disposições do Regimento e da Constituição.

Realmente, sou um homem decepcionado. Sou. Estou entrando no meu último ano de mandato, Sr. Presidente, mas olha, sairei desta Assembléia com marcas inesquecíveis para o resto da minha vida.

Vim para cá como muitos dos Srs. Deputados também vieram, para respeitar com dignidade o mandato que recebemos do povo; para defender os mais legítimos interesses do povo. Vimos aqui na qualidade de advogado do povo. Não viemos aqui, Sr. Presidente, para mentir, para enganar o povo, para ferir o Regimento e a Constituição.

Saio decepcionado, profundamente decepcionado, mais uma vez, caso a lei, a Constituição, o Regimento que tanto se fala nesta Casa, sejam mais uma vez, desrespeitados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está em votação o Projeto de Lei 79/81, ressalvada a emenda.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhar, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A decepção do Deputado José Tavares, talvez possa causar estranheza às pessoas que pela primeira vez comparecem à Assembléia Legislativa, e acharem que hoje é um dia especial e que só hoje se cometem atitudes como as que aqui lamentavelmente se desenrolam.

Mas, nos últimos anos, tem sido uma sistemática no Brasil. Se vivemos uma instabilidade política, econômica e financeira, é porque também há causas geratrizes desta instabilidade, e os homens encarregados de criarem estas leis estáveis, são os primeiros a desestabilizá-las.

Por isso, a decepção daqueles que, acreditando no ditado popular, de que se deve dar o exemplo para cobrar, não é válido nesta Casa, porque aqui, na verdade, se fazem leis já para não serem cumpridas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente o negócio

é tragicômico. Discute-se a solução de um problema fundiário em São Jerônimo da Serra, um projeto de lei do Executivo pedindo autorização da Assembléia, e aí a ironia. O Governador pedindo uma autorização da Casa, e a Casa, data vênha, quer ir, é mais realística do que o rei.

Entendo que o Paraná, como entidade jurídica, já deveria ter resolvido o problema de São Jerônimo da Serra há muito tempo.

Mas, em boa hora, vem este projeto — aliás, iniciativa desta Casa, do Deputado Lázaro Dumont, que pediu a solução desta situação fundiária.

Muito bem, vem um projeto de lei que diz o quê? Quer uma autorização para que o Estado do Paraná possa alienar a terra, vender a terra e relaciona aqui o pessoal que vai receber a terra.

Muito bem. Em cima desse projeto, se apresenta uma emenda abrindo um crédito de seis milhões de cruzeiros para uma outra lei. Se esta outra lei tivesse alguma correlação com o assunto, vamos dizer assim, se fosse uma lei que estivesse criando em São Jerônimo da Serra, outro assunto qualquer, seria passível esta Assembléia deliberar sobre o assunto. Mas não é São Jerônimo da Serra que se discute aqui, é Brasília.

Aqui se discute abrir um crédito de seis milhões de cruzeiros para pagar a construção daquele monumento que se faz ao ex-Presidente JK.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é tragicômico. É para os idealistas que estão nesta Casa, revoltante que se brinque com coisa tão séria, porque se somos chamados aqui para debater determinados assuntos, existem regras para este debate. Se xingarmos algum Sr. Deputado, há a disciplina do Regimento Interno para nos corrigir.

Só há o seguinte nos últimos anos no Brasil, é que não se tem mais respeito com a História, com a dignidade, com o senso até de cultura, Sr. Presidente; porque o homem evolui na medida que estabelece valores, e esses valores passam a ser respeitados.

Mas, lamentavelmente, no Brasil que vivemos, depois de 64, não existe mais tábua de valor, porque ela ficou no arbítrio daqueles que têm a força e daqueles que detêm maiorias fictícias, maiorias conseguidas com artifícios, tais como, numa Casa em que devem estar homens eleitos diretamente pelo voto, estarem biônicos, estarem homens que entraram pela porta dos fundos do Congresso.

Daí a revolta do Deputado José Tavares, porque na verdade a tábua de valores que aprendemos numa faculdade, os princípios jurídicos que não são fruto desta geração ou da História do Brasil, mas são frutos da evolução histórica desta humanidade, a partir de princípios que se perdem no próprio tempo da História, da evolução de regras e normas jurídicas, nós, na realidade, temos que nos sentir decepcionados. Aqui se brinca. Na verdade, não apenas se rasga a Constituição, mas aqui se desconhece a Constituição.

Evidente, muito evidente que — data vênha o respeito que tenho pelo Sr. Presidente ao voltar atrás na decisão anterior, apagou rapidamente a decisão correta que havia assumido anteriormente.

Mais uma violência vai se cometer contra a Minoria nesta Casa.

E aí se encontram as razões, aí está a causa geratriz da crise que envolve esta Nação. Aí está realmente o grande problema que este regime não vai resolver, que é a tentativa de se fazer a coisa na base da força e não de ter a adesão espontânea do povo, para a solução dos nossos problemas. Soluções de força. E esta é uma solução de força, porque a minoria foge a toda tradição, a todas as regras e a todas as convenções até aqui estabelecidas.

Inclusive uma regra estabelecida por esta própria maioria; por esta força que passou a existir a partir de 64. Quando

ela mudou a Constituição e disse: que o Poder Legislativo ficava impedido de alterar ou de apresentar qualquer lei, emenda que alterasse a despesa.

Esta é uma regra desse sistema, depois de 64. Mas nós vimos muitas regras estabelecidas por esse próprio sistema, o que chegou a se criar até o neologismo do casuismo, que para mim não passa mais do que nunca da clássica palavra, oportunismo.

Dada a oportunidade, se apresenta a solução para a oportunidade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimos o nosso dever de deixar registrado mais uma vez, a nossa discordância.

Foi para isso que assumimos o compromisso, quando eleitos, de vir aqui bradar de que as coisas estão erradas e que, a continuarem erradas, nos afundaremos cada vez mais, porque não só não encontramos a solução, mas uma coisa muito mais grave: passamos a perder o respeito conosco mesmo.

Quando ocorre esta tragédia lamentável para a humanidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os homens não conseguem mais debater idéias, quando baseados numa conquista de anos da humanidade, alguém argumenta em função de normas jurídicas de direito, de sensatez e de bom senso e alguém não tem argumentos para rebater dentro desta tábua de valores, a decepção está lastreada numa causa justa. E a justiça da causa, lamentavelmente, se deve mais uma vez, à Maioria da Casa, que não sabe usar a maioria, que não sabe, porque se a Oposição comete erro, a própria Maioria ao votar o projeto anterior, que deu seis milhões de cruzeiros, votou erradamente.

E um erro não corrige o outro, como se disse muitas vezes aqui.

Muitas vezes aqui se argumentou que um erro não corrige o outro. Se o erro foi da maioria, data vênha, a sapiência, a perspicácia, a inteligência do nobre Líder do PDS, Vossa Excelência tem dito e proferido que um erro não corrige o outro.

Vossa Excelência errou; e um erro, não corrige o outro. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Em votação o Projeto de Lei 79/81, ressalvada a emenda.

Esta Presidência, antes da manifestação dos Srs. Deputados, com prazer recebe a visita do ilustre Vereador de Francisco Beltrão, Sr. Vitório Przente, que se encontra em companhia do Deputado Túlio Zanchet.

Ao visitante, nossos votos de boa estada nesta Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro de Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo Vossa Excelência, o Sr. 1.º Secretário fará a chamada dos Srs. Deputados. (É feita a chamada)

Responderam à chamada 42 Srs. Deputados. Há “quorum” para votação.

Está em votação o Projeto de Lei nº 79/81, ressalvada a emenda. — Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a emenda. — Aprovado.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Antes que Vossa Excelência atenda o requerido, requeiro novamente a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita novamente a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) 42 Srs. Deputados responderam à chamada.

A Mesa vai proceder a verificação de votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Sr. Presidente, mais uma observação.

Queremos encaminhar, com base no Regimento Interno.

É que o ilustre Deputado Deni Schwartz solicitara, anteriormente, a Vossa Excelência, a interpretação do artigo 139, parágrafo décimo, que diz que “as emendas que criarem ou aumentarem despesa, serão submetidas à Comissão de Finanças, e as que reduzirem a receita pública, à Comissão de Orçamento”.

Portanto, enquanto Vossa Excelência ainda não procedeu a análise da questão de ordem, porque até agora só o fez com referência às demais Questões de Ordem, pedimos a Vossa Excelência que se manifeste, com base no Regimento Interno, sobre este importante aspecto levantado pelo Deputado Deni Schwartz, em que, poderia, obviamente, até auxiliar, ao menos, numa diminuição da flagrante inconstitucionalidade da presente emenda.

Por esta razão, pedimos a Vossa Excelência, encarecidamente, e com base no Artigo 139, parágrafo décimo, procedesse a julgamento desta Questão de Ordem, para que esta emenda seja submetida à Comissão de Finanças, conforme estatui o nosso Regimento Interno.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, Vossa Excelência, por deferência, tenho certeza que responderá a Questão de Ordem.

Todavia, trata-se de matéria vencida. Não há nenhuma novidade no caso.

Vossa Excelência já acolheu a emenda, por determinação da Maioria desta Casa, que é quem delibera.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado Nilton Friedrich, de que o projeto se encontra em Regime de Urgência. Razão porque irá submeter a verificação requerida.

O SR. FIORI LUIZ — (Pela Ordem) Infelizmente, Sr. Presidente, estamos colocando uma tarja negra nesta Casa, nesta tarde, pelo ato arbitrário da Presidência, este ato de despotismo que enlutece e envergonha esta Casa.

Vossa Excelência, Sr. Presidente, deveria ser o magistrado, o grande juiz, mas a sua atitude é a negação de tudo o que se prega nesta Casa. Agiu como os grandes ditadores da nossa História.

Devemos fazer um minuto de silêncio em respeito à dignidade que, desgraçadamente, faleceu hoje nesta Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, Vossa Excelência não pode permitir que uma pessoa despreparada para exercer uma função pública, ofenda a Mesa Diretiva dos trabalhos desta Casa.

Vossa Excelência está na obrigação de cassar a palavra, expungir dos Anais da Casa, as palavras ofensivas de quem não reconhece o direito da Maioria de impor seu ponto de vista, dentro do Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa está apenas fazendo cumprir o Regimento Interno.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

21 Srs. Deputados aprovam; 12 rejeitam. — Aprovada.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Requeiro a Vossa Excelência que faça constar nos trabalhos de hoje, que os

votos contrários à emenda foram proferidos pelos Deputados da Oposição, aqui presentes.

Se não me falha a memória, 11 do PMDB e 1 do PP.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado, que através da verificação de votação, já foi constatado que a Oposição votou contra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, data vênha o respeito que tenho por Vossa Excelência, não podemos aceitar a decisão, porquanto a votação foi simbólica.

E Vossa Excelência não pode, da mesa, identificar votos, a não ser que a votação seja feita nominalmente.

Aceitamos a decisão da Mesa, mas fazemos esta restrição.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) — EM VOTAÇÃO
2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 138/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 117/81), que altera dispositivos da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976. (Estatuto do Magistério). Pareceres Favoráveis da C.C.J., F.C. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138/81

EMENDA

Acrescente-se onde couber:

“Art. ... — O inciso II do Art. 60, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 60. —

I —

II — voluntariamente, para professor, após 30 (trinta) anos e para a professora, após 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício nas funções do magistério, com salário integral”.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1981.

(a) LINEU TURRA

Apoiamto: JOSÉ TAVARES, TRAJANO BASTOS, MÁRIO CELSO e RENATO BUENO.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa fazer a adaptação à Lei Complementar nº 07, do preceito introduzido na Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 18, de 30/06/81.

Assim, entendemos oportuna esta providência, a fim de dar consonância ao texto da Lei Complementar ao da Lei Maior”.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, a Bancada votará contrariamente à emenda porquanto já existe a Emenda à Constituição do Estado, proposta pelo nobre Deputado Airton Cordeiro, sobre a matéria.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Surpreende-nos a atitude da bancada do PDS, em se declarar desde logo contrária à emenda que apresentamos ao Estatuto do Magistério Público — Lei Complementar 07, que estabelece aposentadoria de professor, aos 30 anos, e de professora, aos 25 anos.

Colocamos esta emenda na oportunidade em que o Sr. Governador manda, para esta Casa, projeto pertinente à matéria, e já apresentáramos antes, um projeto neste sentido, tendo em

vista a emenda à Constituição Federal que estabeleceu aposentadoria do professor aos trinta anos e da professora aos 25 anos, isto porque, de acordo com o Artigo 200 da Constituição Federal, diz que: "o direito constitucional federal se incorpora automaticamente ao direito constitucional legislado nos Estados, no que couber".

Este, Sr. Presidente, é um dos casos em que cabe, que não contraria a competência legislativa do Estado do Paraná, portanto, a emenda à Constituição do Estado, fazendo adaptação da emenda à Constituição Federal é sem necessidade — melhor dizendo — é desnecessária, porque, em face do Artigo 200, como eu disse, da Constituição Federal, esse dispositivo que estabelece aposentadoria de professor aos trinta anos e de professora aos vinte e cinco anos de exercício no Magistério, está automaticamente incorporado.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Apenas para lembrar

Vossa Excelência que, ferindo o Regimento da Casa e a própria Constituição, a Mesa não está composta dos Srs. Deputados, de acordo com tais dispositivos legais.

Então invoco a Vossa Excelência, que convoque o 1.º Secretário que está, inclusive, presente no plenário, não sei se sentado ou lá atrás, naquela cabine; além do Primeiro, está o Terceiro Secretário também, para que os trabalhos possam prosseguir.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa, baseada no

Artigo 20, Parágrafo Quarto: "Nenhum Membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente", e portanto, o nobre Deputado Nelson Friedrich transgrediu o Regimento Interno da Casa.

O SR. JOSÉ TAVARES — Mas Sr. Presidente, quando é que este Regimento não está sendo transgredido? Aqui, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE — Já está substituído, e a Mesa já está completa e devolvo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, às vezes, a gente tem que rir mesmo, da Oposição.

Essa Oposição não é séria mesmo. O nobre Deputado Nilso Sguarezi encaminhou a votação com todo aquele brilhantismo que Deus lhe deu, acompanhou toda a votação e está escondido numa das dependências da Casa.

É um recurso regimental, mas não cabe, falece direito moral a qualquer Deputado da Oposição, para reivindicar da Mesa que o Sr. Primeiro ou o Sr. Terceiro Secretários tomem assento à Mesa.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Sr. Presidente. Só um esclarecimento.

Pela seriedade com que a Oposição se conduz nesta Casa. O Deputado Lineu Turra estava ocupando as vezes do Sr. Segundo Secretário. Como ele teria — e assim o fez — que discutir uma matéria que é de sua lavra, fomos rapidamente substituí-lo, e pedimos ao Quarto Secretário que está exatamente no lugar do Deputado Lineu Turra, e no meu lugar que ocupei instantânea e momentaneamente.

Agora os demais estão na Casa também.

A brincadeira, Sr. Presidente, está do outro lado, que inclusive tem mais membros na Mesa e poderia ter cumprido isso. Nós, simplesmente, demos condições para que o Deputado Lineu Turra, autor de uma emenda, pudesse argumentar e fazer a defesa do seu trabalho, e a posição que estava sendo ocupada na Mesa pelo Deputado Lineu Turra, está devidamente ocupada.

Era o esclarecimento, para evitar que se brinque, como se brinca do outro lado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está com a palavra o Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Mas, Sr. Presidente, eu ia argumentando que a nossa emenda tem a finalidade de fazer adaptação da Emenda Constitucional número 18, à Lei Complementar número 07.

Já tomando prática a legislação, para que ela, de imediato, tenha a sua aplicação, porque só a Emenda à Constituição do Estado, não dá, desde logo, condição de ser o titular do direito, beneficiado. Há necessidade, e por isso existe o Estatuto do Magistério Público, a Lei Complementar número 07, que trata dos direitos da classe do Magistério.

Portanto, essa emenda no Estatuto do Magistério é indispensável, para que a classe, desde logo, possa usufruir desse benefício de aposentadoria.

Portanto, nós que aprovamos a emenda à Constituição do Estado, porque não vimos nenhum inconveniente, se é que existe realmente — e a intenção foi boa —, não foi meramente demagógica a emenda à Constituição do Estado, se existe realmente a intenção da Bancada do PDS, através do Deputado Aírton Cordeiro, apresentou a emenda à Constituição tratando da matéria, porque haveríamos agora, ou haverá agora de rejeitar a nossa emenda, que é oportuna, e que virá naturalmente disciplinar a matéria, que é exatamente a que beneficia o professor e a professora, com a aposentadoria?

Sr. Presidente, se o PDS que tem maioria aqui nesta Casa, não quiser aprovar a matéria, esta nossa emenda ao Estatuto do Magistério, na oportunidade em que se aprecia matéria correlata de origem do Poder Executivo, o problema é do PDS.

Nós cumprimos a nossa obrigação. A emenda à Constituição Estadual foi aprovada por esta Casa, e nós trazemos agora e nesta oportunidade, dizendo que, realmente, existe um outro projeto da nossa lavra em tramitação na Casa, mas com a aprovação dessa emenda, aquele irá para os arquivos, porque ficará sem objetivo.

É evidente, portanto, Sr. Presidente.

Eu cumpro minha obrigação de trazer a emenda para ser hoje aqui e nesta oportunidade, aprovada pela Casa. Agora, os Srs. Deputados do PDS são donos de seus votos, e se naturalmente, não querendo contemplar a classe do Magistério com esse benefício, não votará a minha proposição. Se realmente existe o desejo de proporcionar aposentadoria ao professor aos trinta anos, e aos 25 anos a professora, então naturalmente irão aprovar e concretizar a intenção.

Então, a intenção de se aprovar uma Emenda Constitucional, aqui neste sentido, é evidente que foi meramente demagógica.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação a emenda. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — Rejeitada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Peço verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Antes, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) :

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) 39 Srs. Deputados responderam à chamada. Há "quorum" para a votação.

A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida na emenda de autoria do Deputado Lineu Turra.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dois Srs. Deputados aprovam; vinte e sete, rejeitam. — Rejeitada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pelo número de 29 votantes, Vossa Excelência acaba de praticar uma decisão anti-regimental. É necessário, portanto, que na medida do possível analise e faça a retificação necessária.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado que a Presidência também conta para o "quorum" necessário. Portanto, são 30 votos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, parece que está com a razão o nobre Líder do PDMB. Acontece que o Sr. Secretário cometeu um engano na contagem.

Se se verificar novamente a votação, Vossa Excelência vai ver que são 29 votos contrários à emenda. 29 contrários.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa baseou-se nas informações do Primeiro Secretário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu aceito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) — EM VOTAÇÃO
2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 114/81), que dispõe sobre a aplicação do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980, aos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio do Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. —

Sobre o referido projeto, emenda de plenário de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

OK.
Silvano.
"EMENDA Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 139/81"

Inclua-se onde couber:

"Art. — O "caput" do Art. 70 da Lei n.º 7397, de 24 de novembro de 1980, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de trinta por cento sobre o total orçado para a despesa do exercício, além dos créditos adicionais referentes à espécie Pessoal em 1981, observadas, em ambos os casos, as disposições dos Artigos 40 e 46, da Lei Federal n.º 4320, de 17/03/64".

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: JOSÉ DOMINGOS, DEL CIEL, LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA e WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

O art. 79, da Lei 7397, de 24/11/80 (Lei do Orçamento de 1981), fixa em 30 por cento do total orçado para as despesas do exercício de 1981, o limite de autorização para o Poder Executivo abrir créditos suplementares.

A elaboração da proposta orçamentária para o atual exercício, realizada em julho/agosto de 1980, considerou a possibilidade de ocorrência de uma inflação monetária da ordem de 65 por cento em 1981, relativamente a 1980. A taxa inflacionária, contudo, ascendeu a 110,5 por cento no período de julho/80 a julho/81. Este fato, por si mesmo, resultou em excepcionais variações em todos os itens da despesa governamental, sobretudo nas despesas correntes.

Além dos aumentos provocados pela elevação generalizada dos preços, a despesa pública foi substancialmente afetada pelos ajustes e benefícios concedidos ao funcionalismo estadual, também pressionado em seus respectivos orçamentos domésticos, pela elevação dos níveis de inflação.

A despesa com Pessoal, inicialmente prevista em 28,8 bilhões de cruzeiros, deverá elevar-se até o final do exercício, a 40,9 bilhões, representando aumento de 12,1 bilhões, ou 42 por cento além da estimativa constante na Lei 7397.

Os demais itens da despesa foram igualmente afetados. Gastos em outros custeios deverão sofrer acréscimo global de 28,1 por cento, passando de 9,8 bilhões para 12,6 bilhões de cruzeiros. As despesas de capital deverão elevar-se de 21,9 bilhões para 25,7 bilhões, representando acréscimo líquido de 17,4 por cento.

Além destes acréscimos que representam agregação direta aos valores orçamentários, ocorreu a necessidade de se efetuar significativos ajustes a nível de unidades orçamentárias.

Em decorrência do exposto, o volume de alterações orçamentárias representado pelos créditos suplementares concedidos a todos os órgãos e unidades orçamentárias, tanto do Poder Executivo como do Legislativo e Judiciário, se encontra muito próximo do limite de 30 por cento autorizado pela Assembleia Legislativa na Lei de Meios para 1981.

Tendo em vista que alguns ajustes de relevância na área de Pessoal deverão ser realizados até o final do exercício para compatibilizar a capacidade orçamentária aos benefícios concedidos por lei ao funcionalismo público — notadamente a antecipação parcial do reajuste previsto para 1982, e melhorias concedidas ao magistério, toma-se imprescindível ampliar a autorização de abertura de créditos adicionais, sob pena de que tais benefícios deixem de se materializar ainda no presente exercício".

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

O SR. DARCY DEITOS — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Projeto de Lei 139/81, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a aplicação do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei 7424, de 17 de dezembro de 1980, aos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio do Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, com Pareceres favoráveis das Comissões Técnicas.

E achamos o presente projeto de lei, de inteira justiça, Sr. Presidente, que quando chegou a esta Casa, veio com a Mensagem de Sua Excelência o Sr. Governador, corroborado no Ofício 577, do Procurador Geral da Justiça em exercício, Sr. Guilherme de Albuquerque Maranhão, e que na justificativa diz o seguinte:

"Tenho a honra de propor a Vossa Excelência a inclusa minuta de anteprojeto de lei com os anexos que acompanham". Já que recebeu pareceres Favoráveis dos Secretários de Estado dos Recursos Humanos, Planejamento e Finanças, objetivando a aplicação ao Pessoal da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça, do novo plano de classificação de cargos adotado para o Poder Executivo, pela Lei 7424, de 17 de dezembro de 1980, ficando assim sanada a disparidade apontada. Isto, exatamente no dia 05 de novembro.

Então, Sr. Presidente, venho à tribuna para dizer que o projeto está correto, que o nosso partido votará favoravelmente.

Agora, o que não podemos concordar, que mais uma emenda absurda, de tantas que passam por esta Casa, está apenas a este projeto de lei, encontra-se a Emenda de número 01, de autoria do eminente Líder do PDS, Erondy Silvério, que diz o seguinte: "O "caput" do art. 70 da Lei 7397, de 24/11/80, passa a ter a seguinte redação: "art. 7.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30 por

cento sobre o total orçado, para despesa do exercício, além dos créditos adicionais referentes à espécie pessoal em 1981. Observadas, em ambos os casos, as disposições dos artigos 40 a 46, da Lei 4320, de 17/03/64.

Isto é mais uma das tantas aberrações que se cometem nesta Assembléia, na apresentação de emendas, porque, querer-se apresentar no projeto de lei em que regula aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral do Estado, uma emenda para aumentar em mais 30 por cento o manejo das verbas orçamentárias do exercício de 1981.

Pelo Poder Executivo, para mostrar a aberração, Sr. Presidente, admita-se ainda que essa emenda viesse aumentar em 30 por cento a verba suplementar do Poder Executivo, para atender exclusivamente ao Poder Judiciário.

Sabe quanto é a verba do Poder Judiciário para 1981, Sr. Presidente?

É de 2,9 por cento sobre o orçamento de 69 bilhões, 612 milhões de cruzeiros, ou 3,4 por cento sobre o valor global do orçamento de 81, no valor de 84 bilhões e 242 milhões.

Agora, querer que este Poder aprove uma emenda aumentando em mais 30 por cento o que já foi dado ao Poder Executivo do Estado para o manejo do Orçamento de 81, é querer que nós, da Oposição, sejamos taxados de incompetentes, de que vamos avalizar no escuro a um Poder Executivo constituído neste Estado, sem o voto do povo.

Porque, nas justificativas apresentadas nesta emenda, diz o eminente Líder que a elaboração da Proposta Orçamentária para o atual exercício, realizada em julho e agosto de 80, considerou a possibilidade de ocorrência de uma inflação monetária na ordem de 65 por cento em 81, relativamente a 80, a taxa inflacionária contudo ascendeu em 110,5 no período julho/80-julho/81.

Esta justificativa não procede, porque se encaminhamos a peça orçamentária de 1981, vamos ver que as despesas correntes tiveram uma verba de 43 bilhões, 347 milhões de cruzeiros com uma verba para despesa de pessoal, de 28,8 bilhões.

E agora Sua Excelência, na justificativa, diz que a despesa com o pessoal, inicialmente prevista em 28,8 bilhões, deverá elevar-se até o final do exercício, a 40,9 bilhões de cruzeiros, representando aumento de 12,1 bilhões, ou 42 por cento além da estimativa constante da Lei 73/79.

Gostaria de perguntar, Sr. Presidente: será que o eminente Líder do PDS nesta Casa faz parte do estafe governamental, para saber que exatamente, ou melhor, no dia 24 do mês de novembro quando ele apresentou esta emenda, sabia que a despesa com pessoal, iria a 40,9 bilhões de cruzeiros?

Por que o Executivo, de acordo com a lei, não respeita este Poder? E para aqui vem pedir autorização para suplementar verbas, além dos 30 por cento já dados na Lei 73/79, quando da apreciação do Orçamento de 81, quando o fizemos no ano de 1980.

Será, Sr. Presidente, que mais uma vez este Poder vai ter que engolir uma emenda completamente dissociada da matéria, em que aqui está sendo discutida?

Diz mais, na justificativa: "que os demais itens da despesa foram igualmente afetados. Gastos e outros custeios deverão sofrer acréscimo global de 28,1 por cento, passando de 9,8 para 12,6.

Então, Sr. Presidente, ele mesmo aqui na justificativa, diz que vai aumentar em 28,1 por cento. Mas já demos os 30 por cento no ano passado, porque vamos ter que dar mais 30 por cento: E o seu valor aqui na justificativa, não bate com o Orçamento, porque os outros gastos, previstos no orçamento, são da ordem de 14,5 bilhões, e Sua Excelência aqui cita 9,8 e que poderão chegar até 12,6.

Então veja, Sr. Presidente, que muitas contradições exis-

tem. Foi feita justificativa em cima da hora, para tentar jogar uma emenda, com todo o respeito que temos pelo eminente Líder Erondy Silvério, tentar fazer com que esta Casa engula uma aberração e que este Poder dê mais 30 por cento de manejo no Orçamento de 1981.

Porque, me reportando à minha fala inicial, na sua justificativa, ele dizia que a inflação foi de 110 e o acréscimo do Orçamento de 80 para 81, foi de 65 por cento, o que não procede.

O Orçamento de 80 para 81 sofreu um acréscimo global de 101,8 por cento. Então, suas justificativas levam a erro de raciocínio, levam a que este Poder tenha entendimento errôneo sobre a matéria e aqui se avalizasse no escuro, e aqui se desse poderes a quem já pode tudo, dentro deste modelo político em que vivemos, a partir de 1964.

Porque, Sr. Presidente, ainda quando da discussão do Projeto de Lei 110/81, que versou sobre o Orçamento de 82, apresentamos uma emenda para reduzir o manejo de 30 para 15 por cento, que foi rejeitada.

Portanto, Sr. Presidente, no pouco tempo que me resta, quero dizer que é uma emenda absurda, se dar mais 30 por cento para o Poder Executivo poder manejar o Orçamento de 81, e a nossa bancada, por delegação da minha liderança, declara que votará contrariamente, porque é uma emenda absurda.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua em votação o projeto, ressalvada a emenda.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação)
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, realmente, o dia de emendas não só absurdas, como viciadas na origem, e portanto, todos os seus efeitos vão carregar o vício do nascedouro.

Porque já tem o Poder Executivo, na verdade, o poder de bem dispor como melhor entender, de valores suplementares, até o limite de 30 por cento sobre o total orçado para a despesa do exercício.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se já é realmente uma incongruência, a existência desta emenda num projeto que não diz nada a ver, porque afinal de contas, estamos discutindo o projeto, por sinal procedente e que merecidamente de todos nós deve ter a aprovação, que é de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a aplicação no plano de classificação de cargos de que trata a Lei 7424, de dezembro de 80, aos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral do Estado.

Este é o projeto que somos favoráveis, mas eis que vem de carona, mais uma vez, a inconstitucionalidade e tudo aquilo que os Deputados da Oposição que passaram por esta tribuna e que falaram sobre a emenda anterior de um projeto sobre as terras de São Jerônimo da Serra, aqui são mais uma vez aplicadas todas as argumentações. É inconstitucional, fere o Regimento Interno e fere a Constituição do Estado.

Trazem portanto, este visto, porque de carona num projeto do Executivo, totalmente diferenciado do que se pretende na emenda, esta vem para pretender autorizar uma abertura de créditos suplementares até o limite de 30 por cento. E mais uma vez, de autoria da Liderança do PDS, nesta Casa.

Conclusão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo do General Ney Braga, interventor do Estado do Paraná, que ocupa o Palácio Iguaçu, sem o voto do povo, de nenhum paranaense, a não ser do seu patrono nomeador, demonstra, através deste tipo de comportamento, que o Executivo está absolutamente desequilibrado na sua função administrativa, porque se tal não ocorresse, não há dúvida de que poderia o Executivo, intempestivamente, encaminhar esta pretensão à Casa e nós apreciariamos, não no afogadilho, muito menos numa emenda

que já vem com esse defeito e com esse vício.

O que está acontecendo no Estado do Paraná? Um Governo que é pródigo em utilizar todos os meios de comunicação no Estado, e de maneira já saturada, liga-se o rádio ou a tevê, e lá está o Governo do Ney Braga.

Parece-me que toda a energia do Estado governamental no setor administrativo foi colocado em segundo plano e prioritariamente quer se construir uma imagem de quem já tem a sua imagem qual luz ao final já obscurecida.

Porque, o que pode levar o Executivo a convencer o Líder da Maioria a fazer um projeto desta categoria, com todos esses vícios e defeitos, será que realmente as Secretarias do Planejamento, das Finanças e o Executivo como um todo, perderam-se no ano de 81, e se alguém poderia estar dizendo que há que se cumprir os aumentos que foram aprovados por esta Casa, tanto do Magistério como de resto do funcionalismo como um todo, nós perguntamos, imediatamente após as conquistas do funcionalismo público, não teriam sido por acaso tempo hábil tempestivamente, portanto, condições de encaminhar a esta Casa, porque esta é a obrigação da Constituição.

Esta é a determinação das leis maiores que haverão de estar em vigor em todo o Estado, que exatamente o Executivo precisa pedir autorização ao Legislativo para proceder como se pretende, nesta emenda anti-constitucional.

A responsabilidade do Executivo é patente.

Se há uma grande responsabilidade do Governador Ney Braga ao encaminhar uma solicitação para abrir créditos suplementares, maior ainda passa a ser já, não a responsabilidade em si, porque não a cumpriu; passa a ser a irresponsabilidade de um Governo que utiliza outro mecanismo, e que procura, pela porta dos fundos, entrar no Legislativo e querer ver aprovada uma emenda totalmente viciada.

Eu, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recordo-me que o Secretário de Finanças, em depoimento que fez recentemente nesta Casa, dizia da situação extraordinária das finanças do Estado do Paraná no ano de 81, e isso choca-se exatamente quando o mesmo Executivo, não prevendo, não pensando em tempo, não utilizando de suas prerrogativas, utiliza-se do Líder da Maioria, para atravessar mais uma emenda escandalosa, no aspecto formal e tecnicamente proposto, que deixa a todos nós, preocupados realmente.

O Governo do Estado do Paraná, a rigor, deve estar administrando a campanha política com o dinheiro do povo; deve ter, realmente, um grande "staff" para administrar a imagem que está extremamente arranhada.

E, por esta razão, não deve ter muito tempo para cuidar da administração do Estado, porque não previu, não pensou não analisou e não utilizou de seu tempo hábil para encaminhar essa pretensão.

E, como bem disse o Deputado Darcy Deitos, designado pela bancada para estudar com mais profundidade o assunto, não há nenhuma dúvida de que o Poder Executivo, de maneira desequilibrada, talvez esteja perdido no seu emaranhado de intenções, que é de manter o grupo no poder e não de administrar o Estado do Paraná.

Será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que um Governo que está com os pés no chão, que com competência dirige o seu Estado, não teria feito esta previsão, mesmo após os aumentos concedidos? Mesmo que se justificasse, portanto, esse aumento não de 30, que já existe esta disposição, mas para 60 por cento de disponibilidade, que estamos jogando nas mãos do Governador, para ele fazer o que bem entende neste final de ano?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é por isso que um Governo desses, que na verdade é agente do Governo maior que está em Brasília, não suportaria três programas de televisão, porque não pode suportar suas próprias fragilidades, suas deficiências,

suas impotências administrativas, que são caracterizadas em comportamentos como os que estamos discutindo e aprovando nesta Casa.

É um alerta, inclusive, que temos para o futuro, porque na verdade a incompetência e o desequilíbrio administrativo, desencontro de realizações, leva a isso. Porque quando as prioridades são alteradas, e a prioridade primeira que seria bem administrar a coisa pública fica subjugada a outros interesses, acontece o que acabou de acontecer.

Por isso, Sr. Presidente, concluo que na verdade a emenda proposta tem os mesmos vícios, os mesmos arranhões e as mesmas manifestações absurdas de um Governo que se perdeu porque não soube, no tempo certo e em condições legais, mandar para a Casa, e quer entrar pela porta dos fundos, através de uma emenda inconstitucional e absurda, fazer valer a sua vontade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, que requer prorrogação da sessão por mais duas horas.

Está em votação. — Aprovado.

A Mesa, baseada no Artigo 140, parágrafo quinto, deixa de receber a emenda de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, vai se repetir novamente, tudo o que já ocorreu, há poucos instantes, nesta Casa.

Entretanto, como assim Vossa Excelência o determinou, assim o aceitamos, mas também nos julgamos com o direito de requerer a Vossa Excelência, de acordo com o Artigo 125 do Regimento Interno, que a decisão seja submetida à decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, baseada no artigo 125, defere. Irá submeter a decisão da Mesa à decisão do Plenário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência que determine que se proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). 40 Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Há "quorum" para deliberação.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência informasse a este Plenário, o entendimento do Artigo 140, parágrafos quinto e décimo, que dizem o seguinte, o artigo 10:

"As emendas que criarem ou aumentarem despesas, serão submetidas à Comissão de Finanças, e as que reduzirem a Receita Pública, à Comissão de Orçamento".

Então esta emenda, Sr. Presidente, vai aumentar a despesa do erário público, e Vossa Excelência vai cometer um ato anti-regimental e que, dentro do nosso entendimento e da nossa bancada, até um mandado de segurança poderá ser impetrado quanto à decisão de Vossa Excelência com referência a esta matéria.

Então, queria que Vossa Excelência informasse qual o entendimento do parágrafo décimo, porque esta matéria que Vossa Excelência deixou de receber, regimentalmente, não feriu nenhum dispositivo regimental, e Vossa Excelência não pode se socorrer, como argüiu o eminente Líder do PDS, do artigo 125, de requerer apreciação pelo Plenário da sua decisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado que, de acordo com o Artigo 134, que determina que:

“serão inscritos e independem de apoio e discussão e só poderão ser votados, com a presença da maioria absoluta dos Deputados, os requerimentos de: Serão inscritos de, audiência de uma Comissão sobre determinada matéria”.

Não havendo chegado a esta Presidência nenhum requerimento, está em votação a decisão da Mesa.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Mas, Sr. Presidente, no momento em que há uma previsão específica, definitiva, na Seção 1 dos projetos, e que de maneira muito clara define, somando-se à Seção 5, das Emendas, não há porque um requerimento específico e formal, porque é expressa a determinação de que as emendas que criarem ou aumentarem despesas serão submetidas à Comissão de Finanças.

Ora, se há uma manifestação expressa, se há um dispositivo regimental obrigatório, dispensa-se qualquer outra disposição formal, porque já está contido no próprio Regimento.

Não há dúvida, Sr. Presidente, portanto, de que simplesmente o Regimento, quando no Artigo 136 já fala que a emenda aditiva que não tenha relação direta e imediata com a matéria da proposição principal, já tem esse impedimento, já transfere também para o parágrafo décimo que as emendas que criarem ou aumentarem despesas serão submetidas à Comissão de Finanças.

É a disposição, é natural, é obrigatório, é expresso, é incisivo, não há nenhuma dúvida, não há, portanto, necessidade de nenhuma formalidade de se requerer expressamente aquilo que o Regimento coloca como obrigatório, sob pena de ficarmos a todos os dias nesta Casa, a requerer a dispensa do Regimento Interno, e simplesmente, todas as decisões da Presidência deverão ser submetidas à apreciação do Plenário, porque, ou existe um esqueleto, uma formalização para determinar atos que são praticados numa Casa de Leis como em qualquer outra instituição, nós aqui, no caso específico, estaríamos, na verdade, colocando por terra todo o Regimento Interno, porque para isso ele foi aprovado, para ser apreciado, para ser respeitado, e onde ele é obrigatório, obrigatória deve ser a decisão da Presidência, e é isso que entendemos, e acrescentando ainda, a propósito disso, que se essa emenda tem obrigatoriedade de passar pelas Comissões de Finanças, seria a segunda atitude inconstitucional e anti-regimental da Mesa.

A primeira, seria o não recebimento, porque assim exige e assim determina. Não podemos, num projeto que trata de um assunto, receber de carona uma emenda que improcede, e que, portanto, fere o Regimento.

Solicitamos aquilo que é expresso, aquilo que é obrigatório. Independe de solicitação formal para ser atendido e em nome do Artigo 139, parágrafo primeiro, que obrigatório seja efetivamente obrigatório.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao Deputado que ainda não há decisão nenhuma, porque a Mesa não recebeu a emenda, razão porque vai submeter à decisão do Plenário.

O SR. DARCÝ DEITOS — (Questão de Ordem) Gostaria que Vossa Excelência informasse a esse Plenário, o entendimento do parágrafo décimo do artigo 140.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informou que não recebeu a emenda, razão porque não tem nada que decidir.

Está em votação a decisão da Mesa em não receber a emenda.

Os Deputados que aprovam a decisão da Mesa, queiram levantar-se.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Sete Srs. Deputados aprovam; vinte e nove rejeitam.

Rejeitada a decisão da Mesa, e conseqüentemente, recebida a emenda.

O SR. DARCÝ DEITOS — Requeiro que se faça constar na Ata dos trabalhos, que os votos pela decisão da Mesa foram da Bancada do PMDB que se encontra no Plenário.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram se conservar como estão. — Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Aprovada.

O SR. DARCÝ DEITOS — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

29 Deputados aprovam; 06 rejeitam. — Aprovada a emenda.

O SR. DARCÝ DEITOS — Requeiro para que faça constar da Ata, que nossa Bancada votou contrariamente esta emenda, por ser inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que, de acordo com a verificação de votação, já está constatado que votou contrariamente à emenda.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 85/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 86/81 (Mens. Govern. nº 92/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e os Municípios que especifica. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 86/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 92/81 (Mens. Govern. nº 100/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados, visando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, em obras de interesse metropolitano. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 87/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 95/81 (Mens. Govern. nº 105/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de CASTRO e PONTA GROSSA, objetivando a construção de prédios destinados às repartições policiais nos citados municípios. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. CYRO MARTINS — (Pela Ordem) Quero votar contra esse projeto, em função do meu pronunciamento do último dia 25, porque não aceitamos os termos deste convênio em função do que está estabelecido.

Então, quero que conste nos Anais desta Casa o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa fará constar.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 88/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 91/81 (Mens. Govern. nº 99/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de MANGUEIRINHA, objetivando a construção de terminal rodoviário de passageiros, na sede daquele município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 90/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, à ex-Proposição nº 51/80, que aprova as Contas do Governo do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1979. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação).

28 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — da Proposição nº 79/81, à Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que atualiza o texto da Carta Estadual ao texto da Carta Federal, em função das alterações nessa introduzidos pela Emenda nº 13, de 10 de outubro de 1979. (Das licenças de Deputados e Ministros de Estados, Secretários de Estado e Prefeito da Capital para tratar de saúde ou interesse particular). Com Parecer Favorável da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — da Proposição nº 98/81, à proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que acresce o Art. 158, à Constituição do Estado do Paraná, que assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica, conforme especifica. Com Parecer Favorável da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — da Proposição nº 99/81, à Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que acresce o § 5º ao Art. 13, da Constituição do Estado do Paraná, conforme especifica. (Remuneração de Deputado Estadual). Com Parecer Favorável da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 22/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que cria o Distrito Administrativo de SANTA RITA D'OESTE, no Município de Terra Roxa, conforme os limites e confrontações que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 30/80, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que cria o Município de BOA VISTA DA APARECIDA, desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com as divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 32/80, de autoria dos Deputados WERNER WANDERER, TERCIO ALBUQUERQUE e GERNOTE KIRINUS, que cria o Município de MISSAL, desmembrado do Município de Medianeira, com as divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 38/80, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que cria o Município de JURANDA, com território desmembrado do Município de Mamborê e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado o Substitutivo Geral.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 123/81, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. nº 107/81), que dá nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado. Com pareceres Favoráveis da C.C.J., com EMENDAS, e da C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 123/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — O quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão, fica estruturado na forma dos Anexos I, II, III e IV, que integram esta lei.

Art. 2º — A denominação, classificação, número, códigos, níveis e símbolos de vencimentos dos cargos passam a ser os constantes dos precitados Anexos, ficando os mesmos distribuídos de conformidade com as respectivas Tabelas.

Art. 3º — De acordo com a habilitação profissional, o Quadro de Pessoal é dividido em quatro (04) grupos ocupacionais:

I — Grupo Ocupacional Superior, subdividido em duas (duas) Séries:

— Série I — Direção e Assessoramento Superior — Anexo I — Tabela I;

— Série II — Assessoramento e Atividades Superiores — Anexo I — Tabela II;

II — Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo — Execução de Atividades Administrativas Diversas — Anexo II, Tabelas I e II.

III — Grupo Ocupacional Técnico — Especializado — Execução de Atividades Técnico-Especializadas — Anexo III — Tabelas I e II.

IV — Grupo Ocupacional de Manutenção e Ofícios — Execução de Atividades Profissionais Diversas — Anexo IV — Tabelas I e II.

Art. 4º — Os cargos previstos na Tabela II, do Anexo I, são privativos dos portadores de diploma de Curso Superior correspondente à respectiva habilitação profissional exigível para o exercício do cargo.

Parágrafo único — Os ocupantes dos cargos de que trata este artigo, perceberão gratificação de produtividade correspondente à prevista na Tabela III, do Anexo VI.

Art. 5º — Os atuais cargos de Assistente Jurídico do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça ficam transformados, na forma prevista na Tabela II, do Anexo V, em cargos de Assessor Jurídico.

Art. 6º — Aos níveis iniciais das diversas carreiras previstas no Anexo I, Tabela II, terão acesso os funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, portadores de diploma dos cursos superiores pertinentes, após processo de caráter competitivo.

Parágrafo único — Abrir-se-á concurso público para provimento dos eventuais cargos remanescentes, somente após a classificação dos funcionários que preencham os requisitos deste artigo.

Art. 7º — Os cargos de Servente e respectivos ocupantes lotados nas Varas e Comarcas do Interior do Estado, passam a integrar o Quadro de Auxiliares da Justiça da respectiva Comarca, com a mesma denominação e símbolos de vencimentos previstos no inciso XIII, do artigo 12, desta lei.

Art. 8º — Os atuais ocupantes de cargos de provimento efetivo, que possuírem grau de instrução equivalente ou supe-

rior ao 1.º grau, poderão ser enquadrados em cargos vagos existentes na série de classes de Auxiliar Judiciário, ouvida a Comissão de Avaliação para Provedimento Funcional.

Art. 9.º — Os ocupantes dos cargos de último nível das séries de classes de Auxiliar Judiciário, terão acesso aos cargos de nível inicial das séries de classes de Oficial Judiciário, observados os critérios legais.

Art. 10 — Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo previstos nos respectivos Anexos e Tabelas desta lei, são os constantes do Anexo VI, Tabela I.

Parágrafo único — As funções gratificadas previstas na Tabela II do Anexo IV desta lei, serão instituídas por ato do Presidente, de acordo com a necessidade dos serviços da Secretaria do Tribunal de Justiça. (Leis n.ºs 25/63 e 4739/63).

Art. 11 — Dos vinte e quatro (24) cargos de Assistente Social previstos na Tabela II, Série II, do Anexo I, quatro (04) terão lotação na Secretaria do Tribunal de Justiça; quatro (04) na Vara de Menores da Comarca da Capital; quatro (04) nas Varas de Família da Comarca da Capital, sendo um (1) em cada um delas; e, os doze (12) restantes, um (01) em cada uma das Varas de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial das Comarcas de entrância intermediária de Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa e Umuarama.

Art. 12 — Em decorrência dos novos símbolos de vencimentos implantados por esta lei, os vencimentos dos cargos de Escrivão do Crime, de Escrivão de Menores, de Escrivão das Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Capital, de Escrivão das Varas de Família da Capital, de Escrivão da Vara de Registros Públicos e Acidentes de Trabalho da Capital, de Escrivão das Varas de Delitos de Trânsito da Capital, de Escrivão da Vara do Tribunal do Júri da Capital, de Escrivão dos 1.º e 2.º Ofícios da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Capital, de Oficial da Justiça, de Porteiro de Auditório da Capital, de Auxiliar de Cartórios Criminais, de Comissário de Vigilância de Menores e de Servente lotados nas Varas e Comarcas do Interior do Estado, passam a ser correspondentes aos seguintes códigos-níveis:

I — Escrivães do Crime:

- a) entrância final — PJ-TJ-101-4;
- b) entrância intermediária — PJ-TJ-103-5;
- c) entrância inicial — PJ-TJ-108-6.

II — Escrivães de Menores:

- a) entrância final — PJ-TJ-101-4;
- b) entrância intermediária — PJ-TJ-103-5;
- c) entrância inicial — PJ-TJ-103-6.

III — Escrivães das Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas — entrância final — PJ-TJ-201-12.

IV — Escrivães das Varas de Família (entrância final — PJ-TJ-200-10).

V — Escrivão da Vara de Registros Públicos e Acidentes de Trabalho — entrância final — PJ-TJ-200-10.

VI — Escrivães das Varas de Delitos de Trânsito — entrância final — PJ-TJ-101-4.

VII — Escrivão da Vara do Tribunal do Júri — entrância final — PJ-TJ-101-4.

VIII — Escrivães da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios — entrância final — PJ-TJ-101-4;

IX — Oficiais de Justiça:

- a) entrância final — PJ-TJ-200-7;
- b) entrância intermediária — PJ-TJ-200-8;
- c) entrância inicial — PJ-TJ-200-9.

X — Porteiro de Auditório da Capital — PJ-TJ-200-7.

XI — Comissários de Vigilância de Menores:

- a) entrância final — PJ-TJ-200-8;
- b) entrância intermediária — PJ-TJ-200-9.

XII — Auxiliares de Cartórios Criminais:

- a) entrância final — PJ-TJ-200-9;
- b) entrância intermediária — PJ-TJ-200-10;
- c) entrância inicial — PJ-TJ-200-11.

XIII — Serventes:

- a) entrância intermediária — PJ-TJ-402,17;
- b) entrância inicial — PJ-TJ-402-18.

Parágrafo único — Os ocupantes dos cargos de Escrivão do Crime, Escrivão de Menores, Escrivão das Varas de Delitos de Trânsito, Escrivão da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, Oficial de Justiça, Porteiro de Auditório da Capital, Auxiliar de Cartório Criminal e Comissário de Vigilância de Menores, farão jus à gratificação de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento), calculada sobre o valor do nível do cargo, em face da natureza especial de suas funções no que tange ao risco de vida.

Art. 13 — Ao atual ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, com direitos assegurados no que tange a vencimentos, tendo em vista os novos símbolos de vencimentos implantados por esta lei, é assegurado o direito à percepção de vencimento correspondente ao código — nível PJ-TJ-100-1. (Leis n.ºs 5765/68 e 5848/68).

Art. 14 — Os atuais cargos em Comissão de Diretor Geral da Secretaria — DAS-2 e Vice-Diretor da Secretaria — DAS-3, passam a denominar-se Secretário do Tribunal de Justiça e Sub-Secretário do Tribunal de Justiça, permanecendo com os mesmos símbolos de vencimentos assegurados aos seus atuais e anteriores ocupantes, os direitos previstos em lei, adquiridos pelo exercício dos sobreditos cargos.

Art. 15 — Os atuais cargos de provimento em comissão de assistente de Informações 2-C e Assessor Técnico Financeiro 2-C, ficam extintos.

Art. 16 — Aos servidores que tenham exercido pelos períodos que estabelece o art. 140 do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, função de direção posteriormente transformada em cargo em comissão, fica assegurado o direito à aposentadoria com as vantagens do aludido cargo.

Art. 17 — Os cargos constantes das Tabelas dos Anexos I, II, III e IV, que não existiam na estrutura anterior, ficam criados por esta lei, com as respectivas denominações, número e renumerações previstas nas referidas Tabelas.

Art. 18 — Os funcionários pertencentes ao Quadro de Pessoal do Poder Judiciário que estiverem prestando serviços na Secretaria do Tribunal de Justiça, por período superior a três (03) anos, na data da publicação desta lei, poderão ser classificados em cargos criados, em níveis correspondentes aos dos cargos ocupados, desde que manifestem opção em trinta (30) dias.

Art. 19 — Aplicam-se aos funcionários do Poder Judiciário as disposições constantes do Art. 15 da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980.

Parágrafo único — Os servidores inativos aposentados ou postos em disponibilidade em cargos sem correspondência direta com os desta lei, terão os respectivos proventos ou vencimentos reajustados na forma deste artigo, considerando-se a situação de proporcionalidade de remuneração em que se encontravam por ocasião das respectivas inatividades.

Art. 20 — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 21 — Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 1982, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

ANEXO I
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR
SÉRIE I
DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR
TABELA I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS
DAS-2	Secretário do Tribunal de Justiça	1
DAS-3	Sub-Secretário do Tribunal de Justiça	1
DAS-4	Diretor do Departamento	5
DAS-4	Diretor de Gabinete do Presidente	1
DAS-5	Supervisor da Assessoria de Recursos	1
DAS-5	Supervisor da Assessoria de Planejamento	1
DAS-5	Secretário do Presidente	1
DAS-5	Chefe de Gabinete do Corregedor da Justiça	1
DAS-5	Secretário do Corregedor da Justiça	1
DAS-5	Chefe de Gabinete do Vice-Presidente	1
DAS-5	Assessor de Recursos	4
DAS-5	Chefe do Cerimonial	1
DAS-5	Chefe de Gabinete do Secretário do Tribunal de Justiça	1
DAS-5	Secretário Jurídico de Desembargador	23

ANEXO I
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR
SÉRIE II
ASSESSORAMENTO E ATIVIDADES SUPERIORES
TABELA II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
CÓDIGO PJ-TJ-100

CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS-CLASSE	Nº DE CARGOS
PJ-TJ-100	1	Assessor Jurídico	30
PJ-TJ-100	2	Assessor Jurídico	40
PJ-TJ-100	3	Assessor Jurídico	45
PJ-TJ-101	4	Arquiteto	1
PJ-TJ-102	4	Engenheiro	1
PJ-TJ-103	4	Médico	2
PJ-TJ-103	5	Médico	2
PJ-TJ-104	4	Psicólogo	1
PJ-TJ-104	5	Psicólogo	2
PJ-TJ-105	4	Contador	2
PJ-TJ-105	5	Contador	2
PJ-TJ-106	4	Dentista	1
PJ-TJ-106	5	Dentista	2
PJ-TJ-107	4	Assistente Social	12
PJ-TJ-107	5	Assistente Social	12
PJ-TJ-108	5	Assistente de Administração	1
PJ-TJ-108	6	Assistente de Administração	2
PJ-TJ-109	5	Redator	2
PJ-TJ-109	6	Redator	3
PJ-TJ-110	5	Bibliotecário	1
PJ-TJ-110	6	Bibliotecário	1
PJ-TJ-111	5	Economista	1
PJ-TJ-111	6	Economista	2
PJ-TJ-112	5	Programador de Computador	2
PJ-TJ-112	6	Programador de Computador	3

ANEXO II
GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DIVERSAS
TABELA I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS
1-C	Assessor Judiciário do Presidente	1
1-C	Assessor Patrimonial do Presidente	1
1-C	Assessor Econômico e Financeiro do Presidente	1
1-C	Assessor Jurídico-Administrativo do Presidente	1
1-C	Assessor Especial do Presidente	1
1-C	Assessor de Informações	1
1-C	Assessor Jurídico-Administrativo do Corregedor	1
1-C	Assessor Correicional	2
1-C	Coordenadoria da Assessoria do Secretário do Tribunal de Justiça	1
1-C	Assessor Judiciário do Vice-Presidente	1
2-C	Assessor da Diretoria de Departamento	5
2-C	Oficial de Gabinete do Presidente	2
2-C	Oficial de Gabinete do Vice-Presidente	2
2-C	Oficial de Gabinete do Corregedor	2
3-C	Oficial de Gabinete do Secretário do Tribunal de Justiça	1
3-C	Oficial de Gabinete do Sub-Secretário do Tribunal de Justiça	1
3-C	Supervisor de Transporte e Manutenção	1
5-C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	4
5-C	Auxiliar de Gabinete do Vice-Presidente	1
5-C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor	4

ANEXO II (continuação)
TABELA II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
CÓDIGO PJ-TJ-200

CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS
PJ-TJ-200	6	Oficial Judiciário	35
PJ-TJ-200	7	Oficial Judiciário	37
PJ-TJ-200	8	Oficial Judiciário	40
PJ-TJ-200	9	Oficial Judiciário	45
PJ-TJ-200	10	Oficial Judiciário	48
PJ-TJ-201	11	Auxiliar Judiciário	14
PJ-TJ-201	12	Auxiliar Judiciário	16
PJ-TJ-201	13	Auxiliar Judiciário	18
PJ-TJ-201	14	Auxiliar Judiciário	20
PJ-TJ-201	15	Auxiliar Judiciário	22

ANEXO III
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ESPECIALIZADO
ATIVIDADES TÉCNICAS ESPECIALIZADAS

TABELA I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
3-C	Eletrotécnico	1
6-C	Mecanógrafo	2

TABELA II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CÓDIGO PJ-TJ-300

CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS
PJ-TJ-300	8	Operador de Computador	2
PJ-TJ-300	9	Operador de Computador	2
PJ-TJ-301	8	Desenhista	2
PJ-TJ-301	9	Desenhista	2
PJ TJ-302	8	Enfermeiro	1
PJ-TJ-302	9	Enfermeiro	1
PJ TJ-302	10	Enfermeiro	2

ANEXO IV
GRUPO OCUPACIONAL DE MANUTENÇÃO E OFÍCIOS
ATIVIDADES DIVERSAS
TABELA I
CARGOS DE PROVENTO EM COMISSÃO

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
4-C	Zelador	1

TABELA II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
CÓDIGO PJ-TJ-400

CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS
PJ-TJ-400	12	Mecânico	3
PJ-TJ-400	13	Mecânico	3
PJ-TJ-401	11	Agente de Serviço Externo	14
PJ-TJ-401	12	Agente de Serviço Externo	17
PJ-TJ-402	17	Agente de Conservação	72
PJ-TJ-402	18	Agente de Conservação	73
PJ-TJ-403	16	Copeiro	5
PJ-TJ-403	17	Copeiro	6
PJ-TJ-404	16	Telefonista	5
PJ-TJ-404	17	Telefonista	7
PJ-TJ-405	17	Ascensorista	9
PJ-TJ-405	18	Ascensorista	9

ANEXO V
ENQUADRAMENTO
TABELA I

(CARGOS PREVISTOS NA TABELA I - SÉRIE I - ANEXO I)

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA		
SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS	SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS
DAS-2	Diretor Geral da Secretaria	1	DAS-2	Secretário do Tribunal de Justiça	1
DAS-3	Vice-Diretor da Secretaria	1	DAS-3	Sub-Secretário do Tribunal de Justiça	1
DAS-4	Diretor de Departamento	5	DAS-4	Diretor de Departamento	5
-	-	-	DAS-5	Supervisor da Assessoria de Planejamento	1
-	-	-	DAS-5	Supervisor da Assessoria de Recursos	1
DAS-5	Chefe de Gabinete da Presidência	1	DAS-4	Diretor de Gabinete do Presidente	1
DAS-5	Secretário da Presidência	1	DAS-5	Secretário do Presidente	1
DAS-5	Chefe do Gabinete da C.J.	1	DAS-5	Chefe de Gabinete do Corregedor da J.	1
-	Secretário da C.J.	1	DAS-5	Secretário do Corregedor da Justiça	1
-	-	-	DAS-5	Chefe de Gabinete do Vice-Presidente	1
DAS-5	Assessor de Recursos	1	DAS-5	Assessor de Recursos	4
-	-	-	DAS-5	Chefe do Cerimonial	1
-	-	-	DAS-5	Chefe de Gabinete do Secretário do	1
-	-	-	DAS-5	Tribunal de Justiça	1
-	-	-	DAS-5	Secretário Jurídico de Desembargador	23

ANEXO V (continuação)

ENQUADRAMENTO

TABELA II

(CARGOS PREVISTOS NA TABELA II - SÉRIE II - ANEXO I)

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA DENOMINAÇÃO			
NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS	CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS
PJ-TJ-3	Assistente Jurídico	25	PJ-TJ-100	1	Assessor Jurídico	30
PJ-TJ-2	Assistente Jurídico	30	PJ-TJ-100	2	Assessor Jurídico	40
PJ-TJ-1	Assistente Jurídico	35	PJ-TJ-100	3	Assessor Jurídico	45
PJ-28	Arquiteto	1	PJ-TJ-101	4	Arquiteto	1
PJ-28	Engenheiro	1	PJ-TJ-102	4	Engenheiro	1
PJ-30	Médico	1	PJ-TJ-103	4	Médico	2
PJ-29	Médico	1				
PJ-28	Médico	2	PJ-TJ-103	5	Médico	2
PJ-30	Psicólogo	1	PJ-TJ-104	4	Psicólogo	1
PJ-29	Psicólogo	1	PJ-TJ-104	5	Psicólogo	2
PJ-28	Psicólogo	1				
PJ-29	Contador	1	PJ TJ-105	4	Contador	2
PJ-28	Contador	1	PJ-TJ-			
-	-	-	PJ-TJ-105	5	Contador	2
PJ-28	Dentista	1	PJ-TJ-106	4	Dentista	1
PJ-27	Dentista	1	PJ-TJ-106	5	Dentista	2
PJ-26	Dentista	1				
PJ-28	Assistente Social	3	PJ-TJ-107	4	Assistente Social	12
PJ-27	Assistente Social	4				
PJ-26	Assistente Social	5				
-	-	-	PJ-TJ-107	5	Assistente Social	12
-	-	-	PJ-TJ-108	5	Assistente de Administração	1
-	-	-	PJ-TJ-108	6	Assistente de Administração	2
PJ-28	Redator	1	PJ-TJ-109	5	Redator	2
PJ-27	Redator	1				
PJ-26	Redator	1	PJ-TJ-109	6	Redator	3
PJ-25	Redator	1				
PJ-24	Redator	1				
PJ-26	Bibliotecário	1	PJ-TJ-119	5	Bibliotecário	1
-	-	-	PJ-TJ-110	6	Bibliotecário	1
-	-	-	PJ-TJ-111	5	Economista	1
-	-	-	PJ-TJ-111	6	Economista	2
-	-	-	PJ-TJ-112	5	Programador de Computador	2
PJ-27	Programador de Computador	2	PJ-TJ-112	6	Programador de Computador	2
PJ-26	Programador de Computador	1				

ANEXO V
ENQUADRAMENTO
TABELA III

CARGOS PREVISTOS NA TABELA I — ANEXO I

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA		
SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS	SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS
—	—	—	1-C	Assessor Judiciário	1
—	—	—	1-C	Assessor Jurídico-Administrativo do Presidente	1
2-C	Assessor Econômico-Financeiro	1	1-C	Assessor Econômico-Financeiro do Presidente	1
—	—	—	1-C	Assessor Patrimonial do Presidente	1
—	—	—	1-C	Assessor Especial do Presidente	1
2-C	Assessor de Informações	1	1-C	Assessor de Informações	1
—	—	—	1-C	Assessor Jurídico-Administrativo do Corregedor	1
—	—	—	1-C	Assessor Correicional	2
—	—	—	1-C	Coordenador da Assessoria do Secretário do Tribunal de Justiça	1
—	—	—	1-C	Assessor Judiciário do Vice-Presidente	1
—	—	—	2-C	Assessor de Diretoria de Departamento	5
3-C	Oficial de Gabinete da Presidência	2	2-C	Oficial de Gabinete da Presidência	2
3-C	Oficial de Gabinete da 1ª e 2ª Vice-Presidência	2	2-C	Oficial de Gabinete da Vice-Presidência	2
2-C	Oficial de Gabinete do Corregedor	—	2-C	Oficial de Gabinete do Corregedor da Justiça	2
—	—	—	3-C	Oficial de Gabinete do Secretário do Tribunal de Justiça	1
—	—	—	3-C	Oficial de Gabinete do Sub-Secretário do Tribunal de Justiça	1
—	—	—	3-C	Supervisor de Transportes e Manutenção	1
—	—	—	5-C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	4
—	—	—	5-C	Auxiliar de Gabinete do Vice-Presidente	1
—	—	—	5-C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor da Justiça	4

ANEXO V (continuação)

ENQUADRAMENTO

TABELA IV

(CARGOS PREVISTOS NA TABELA II – ANEXO II)

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA			
NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS	CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
PJ-27	Assessor Administrativo	31	PJ-TJ-200	6	Oficial Judiciário	35
PJ-26	Assessor Administrativo	24	PJ-TJ-200	7	Oficial Judiciário	37
PJ-25	Assessor Administrativo	25	PJ-TJ-200	8	Oficial Judiciário	40
PJ-24	Assessor Administrativo	24	PJ-TJ-200	9	Oficial Judiciário	45
PJ-23	Assessor Administrativo	30	PJ-TJ-200	10	Oficial Judiciário	48
PJ-22	Assessor Administrativo	29				
PJ-22	Assessor Técnico	3				
PJ-22	Auxiliar Jurídico	3				
PJ-21	Assessor Técnico	4	PJ-TJ-201	11	Auxiliar Judiciário	14
PJ-21	Auxiliar Jurídico	3				
PJ-21	Auxiliar Administrativo	4				
PJ-20	Assessor Técnico	3				
PJ-20	Assessor Técnico	2	PJ-TJ-201	12	Auxiliar Judiciário	16
PJ-20	Auxiliar Jurídico	3				
PJ-20	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-19	Assessor Técnico	2				
PJ-19	Auxiliar Jurídico	3				
PJ-19	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-18	Assessor Técnico	2				
PJ-18	Auxiliar Jurídico	5	PJ-TJ-201	13	Auxiliar Judiciário	18
PJ-18	Auxiliar Técnico	2				
PJ-18	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-18	Datilógrafo	2				
PJ-18	Auxiliar de Assistência	2				
PJ-17	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-17	Auxiliar Técnico	2				
PJ-17	Auxiliar de Assistência	1				
PJ-17	Auxiliar de Assistência	1	PJ-TJ-201	14	Auxiliar Judiciário	20
PJ-17	Datilógrafo	2				
PJ-16	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-16	Auxiliar Técnico	2				
PJ-16	Datilógrafo	2				
PJ-16	Auxiliar de Assistência	2				
PJ-15	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-15	Auxiliar Técnico	1				
PJ-15	Datilógrafo	6				
PJ-15	Datilógrafo	4	PJ-TJ-201	15	Auxiliar Judiciário	22
PJ-15	Auxiliar de Assistência	2				
PJ-14	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-13	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-12	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-11	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-10	Auxiliar Administrativo	2				

ANEXO V (continuação)
ENQUADRAMENTO
TABELA V

(CARGOS PREVISTOS NA TABELA I – ANEXO III)

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA		
SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
3-C	Eletrotécnico	1	3-C	Eletrotécnico	1
—	—	—	6-C	Mecanógrafo	2

TABELA VI
(CARGOS PREVISTOS NA TABELA II – ANEXO III)

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA			
NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
PJ-25	Operador de Computador	1	PJ-TJ-300	8	Operador de Computador	2
PJ-24	Operador de Computador	1				
PJ-23	Operador de Computador	1	PJ-TJ-300	9	Operador de Computador	2
PJ-20	Desenhista	1	PJ-TJ-301	8	Desenhista	1
			PJ-TJ-301	9	Desenhista	2
PJ 18	Enfermeiro	1	PJ-TJ-302	8	Enfermeiro	1
PJ-17	Enfermeiro	1	PJ-TJ-302	9	Enfermeiro	1
PJ-16	Enfermeiro	1	PJ-TJ-302	10	Enfermeiro	2
PJ-15	Enfermeiro	1				

TABELA VII
(CARGOS PREVISTOS NA TABELA I – ANEXO IV)

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA		
SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
5-C	Zelador	1	4-C	Zelador	1

ANEXO V (continuação)
TABELA VIII
(CARGOS PREVISTOS NA TABELA II – ANEXO IV)

ESTRUTURA ANTERIOR			ESTRUTURA NOVA			
NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE CARGOS	CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE CARGOS
PJ-18	Mecânico	1	PJ-TJ-400	12	Mecânico	3
PJ-17	Mecânico	2	PJ-TJ-400	13	Mecânico	3
PJ-16	Mecânico	1				
PJ-15	Mecânico	1				
PJ-20	Motorista	7	PJ-TJ-401	11	Agente de Serviço Externo	14
PJ-19	Motorista	4	PJ-TJ-401	12	Agente de Serviço Externo	17
PJ-18	Motorista	4				
PJ-17	Motorista	2				
PJ-17	Motorista	4				
PJ-16	Motorista	10				
PJ-15	Auxiliar de Conservação	2	PJ-TJ-402	17	Agente de Conservação	72
PJ-14	Servente	44	PJ-TJ-402	18	Agente de Conservação	73
PJ-14	Auxiliar de Conservação	2				
PJ-13	Auxiliar de Conservação	1				
PJ-13	Servente	26				
PJ-12	Servente	46				
PJ-12	Auxiliar de Conservação	1				
PJ-11	Auxiliar de Conservação	1				
PJ-11	Servente	43				
PJ-10	Servente	26				
PJ-9	Servente	26				
PJ-8	Servente	78				
PJ-14	Copeiro	1				
PJ-13	Copeiro	1				
PJ-12	Copeiro	1				
PJ-11	Copeiro	1	PJ-TJ-403	16	Copeiro	5
PJ-10	Copeiro	1				
PJ-9	Copeiro	1				
PJ-8	Copeiro	1				
			PJ-TJ-403	17	Copeiro	6
PJ-14	Telefonista	2				
PJ-13	Telefonista	1	PJ-TJ-404	16	Telefonista	5
PJ-12	Telefonista	1				
PJ-11	Telefonista	1				
PJ-10	Telefonista	1				
			PJ-TJ-404	17	Telefonista	7
PJ-8	Ascensorista	1				
PJ-7	Ascensorista	1				
PJ-6	Ascensorista	1				
PJ-5	Ascensorista	1				
PJ-4	Ascensorista	1				
PJ-3	Ascensorista	1				
PJ-2	Ascensorista	1				
PJ-1	Ascensorista	1				
			PJ-TJ-405	17	Ascensorista	9
			PJ-TJ-405	18	Ascensorista	9

ANEXO VI
TABELA I
VENCIMENTOS DOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

NÍVEL	VALOR
1	Cr\$ 99.347,00
2	Cr\$ 91.021,00
3	Cr\$ 83.374,00
4	Cr\$ 73.402,00
5	Cr\$ 67.260,00
6	Cr\$ 61.623,00
7	Cr\$ 56.296,00
8	Cr\$ 51.751,00
9	Cr\$ 47.421,00
10	Cr\$ 43.453,00
11	Cr\$ 39.817,00
12	Cr\$ 37.296,00
13	Cr\$ 33.433,00
14	Cr\$ 30.636,00
15	Cr\$ 28.072,00
16	Cr\$ 25.723,00
17	Cr\$ 23.572,00
18	Cr\$ 21.600,00

TABELA II
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLOS	FUNÇÕES E CARGOS
1-F	Chefe de Divisão
2-F	Assessor Jurídico, Secretário de Comissão, Secretário de Grupo de Câmaras; Secretário de Câmara e Chefe de Seção.
3-F	Mecânico, Agente de Serviço Externo e Chefe de Serviço.
4-F	Oficial Judiciário e Auxiliar Judiciário de Gabinete, Chefe de Setor e Oficial de Justiça do Tribunal.
5-F	Auxiliar Judiciário de Câmara.
6-F	Embalador de Materiais.

ANEXO VI (continuação)
TABELA III
GRATIFICAÇÕES DE PRODUTIVIDADE

CARGOS	VALORES
Assessor Jurídico	Cr\$ 21.526,00
Arquiteto	Cr\$ 21.526,00
Engenheiro	Cr\$ 21.526,00
Médico	Cr\$ 21.526,00
Psicólogo	Cr\$ 20.091,00
Contador	Cr\$ 20.091,00
Economista	Cr\$ 20.091,00
Dentista	Cr\$ 20.091,00
Assistente de Administração	Cr\$ 20.091,00
Assistente Social	Cr\$ 20.091,00
Redator	Cr\$ 18.653,00
Bibliotecário	Cr\$ 18.653,00
Enfermeiro	Cr\$ 18.653,00

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 123/81

Originário da Mensagem Governamental n.º 107/81, o presente Plano de Lei objetiva reestruturar o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado.

A Mensagem justifica a solicitação do prazo constitucional no elevado interesse público da matéria.

Obediente aos preceitos constitucionais emanados dos artigos 25 e 35 da Carta Magna Estadual, não se ressentem o projeto de vícios ou omissões.

Em tais circunstâncias, opinamos pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 123/81

Inclua-se na Tabela II, do Anexo I, 1 (um) cargo de Arquiteto nível 5, e mais 1 (um) cargo de Engenheiro nível 4.

JUSTIFICATIVA: O Tribunal de Justiça deverá ampliar sensivelmente os volumes de obras de Foruns inclusive o da Capital, cuja fiscalização está a cargo do Tribunal, motivo pelo qual as vagas de Engenheiro e de Arquiteto devem ser aumentadas.

EMENDA N.º 02

AO PROJETO DE LEI N.º 123/81

O art. 14 fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo único — Os vencimentos do extinto cargo isolado de provimento efetivo de Diretor Secretário do Tribunal de Justiça, ficam fixados de acordo com a Tabela E, do anexo V, da Lei n.º 25, de 23 de abril de 1963, no seu valor atual correspondente, passando, a partir da vigência da presente lei, a sofrer os reajustes concedidos ao funcionalismo em geral”.

Sala das Sessões,

a) LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

O antigo cargo de Diretor Secretário do Tribunal de Justiça do Estado, isolado de provimento vitalício, foi transformado, a partir da aposentadoria de seu titular em cargo em comissão, com nova nomenclatura (Diretor Geral) e atribuições, não passando mais a ser mencionado nas leis que tratam dos aumentos do funcionalismo em geral.

A última legislação que tratou do assunto, foi exatamente a mencionada na súmula (Lei n.º 25 de 23 de abril de 1963).

A presente emenda, como se observa de seu teor, não implica em aumento da despesa pública.

Apenas e tão somente objetiva regularizar a situação do ex-ocupante do cargo nela mencionado, de modo a que passe a perceber os aumentos normais do funcionalismo em geral.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 123/81

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encaminha a este Poder, a Mensagem Governamental n.º 107/81, que objetiva dar nova estrutura ao Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça.

Examinado o Projeto no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, deste colegiado, recebeu parecer favorável e acolhimento de duas Emendas, de n.ºs 01 e 02.

No que respeita a competência desta Comissão de Finanças, regimentalmente definida, o artigo 20, do Projeto de Lei outorga a sustentação de todo o texto.

Assim é, que, em relação às despesas decorrentes da execução da Lei, as mesmas correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Desta forma, é de ser consignado parecer FAVORÁVEL à aprovação da presente iniciativa, com a inclusão das EMENDAS oferecidas pela CCJ, por pertinentes e objetivas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

DISCUSSÃO ÚNICA — Da Proposição n.º 100/81, Veto parcial aposto ao Projeto de Lei n.º 94/81, de autoria do PODER EXECUTIVO e que fixa critérios especiais com vistas à revisão de proventos de funcionários inativos do Estado, disciplina a incorporação de vantagens de proventos de inatividade e dá outras providências que especifica. Com parecer da C.C.J., considerando-a como em condições de ser submetida à apreciação do Plenário. — Rejeitado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 100/81

(Veto parcial ao Projeto de Lei n.º 94/81)

A presente Proposição, n.º 100/81, é oriunda do Ofício n.º DTL/130/81 do Senhor Governador do Estado, através do qual comunica o veto parcial ao Projeto de Lei n.º 94/81.

Analisando-se a Proposição temos que o veto foi apostado dentro do prazo constitucional e fundamentado em razões de ordem constitucional e legal conforme especifica, atendendo aos interesses da Administração do Estado.

Assim sendo, a matéria está em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Artério Genari, ocorrido na cidade de Toledo. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 128/81 e 117/81, sem emendas no decurso de suas votações. — Prejudicado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 92/81. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 30/80. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 30/80, que visa criar o Município de Boa Vista da Aparecida, já com parecer favorável da CCJ. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 124/81, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cascavel, área de terras que especifica. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 38/80, que visa a criação do Município de Juranda, com parecer favorável da CCJ.

— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 97/81. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, por uma questão de coerência, nós votaremos favoravelmente ao requerimento do nobre Deputado Lineu Turra, entretanto se Vossa Excelência consultar à assessoria da Mesa, verá que todos os requerimentos de urgência não podem mais ser apreciados pela Casa, porque estamos apenas a quatro dias do término do período legislativo. Em todo o caso nós vamos votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação.

Os Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 122/81. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 131/81. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, pedindo providências no sentido de que o aluno João McArthur Silva Rebello, aluno do Ginásio Estadual Parigot de Souza, de Inácio Martins, cursando a sétima série possa dar continuidade a seus estudos naquele estabelecimento — **Rejeitado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, pela importância do requerimento solicitamos a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação).

6 Srs. Deputados aprovam; 28 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações ao Senhor Diretor do DETRAN, com respeito ao afastamento de membros do C.D.A. e outros fatos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Paraná, encarecendo a construção de 2 (duas) salas de aula na sede do Distrito de Siqueira Bello, Município de Barracão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gemote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Senhores Presidente da República e ao Ministro da Justiça encarecendo a não expulsão dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário para o Desen-

volvimento dos Municípios reivindicando a construção de uma quadra de esportes no Distrito de Flor da Serra, Município de Medianeira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e ao Secretário da Educação, reivindicando a criação do ensino de segundo grau no Distrito de Flor da Serra, Município de Medianeira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Professor Danton Richlin da Rocha Loures, chefe do Serviço de Cirurgia Córdio-Vascular do Hospital Evangélico e equipe em comemoração a passagem do 10.º aniversário da instalação do referido serviço em nossa Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, encarecendo sejam credenciados médicos para Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, pedindo providências imediatas quanto as denúncias sobre a atividade de empresa poluidora infratora da legislação vigente sobre a questão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, declara o General Costa Cavalcanti "persona non grata" ao Paraná, por sua conduta antiparanaense e suas declarações ofensivas aos interesses de nosso Estado. — **Rejeitado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, este requerimento redimiria um pouco o Paraná perante as agressões inescrupulosas do General Costa Cavalcanti. E, por esta razão é preciso que conste nos Anais da Casa, como é que o povo do Paraná, através dos homens que o representam, recebe as agressões vis' de um cidadão que não merece efetivamente outro tratamento, a não ser aquele que Guaíra já deu, de ser "persona non grata" no Estado do Paraná.

A propósito disto estão aqui Deputados de todos os partidos, que têm votos inclusive em Guaíra e que receberam a solicitação encarecida daquela Câmara, para que assim procedessem. Esta Casa estaria se redimindo um pouco perante o povo; e o povo se redimiria perante Costa Cavalcanti se realmente aprovar este requerimento altamente oportuno, para que se acabe, de uma vez por todas, com as agressões absurdas de quem vem agredindo, de maneira muito vil, toda a comunidade paranaense.

Este é o comportamento que se exige do povo do Paraná, para que se evite a repetição deste tipo de comportamento absolutamente negativista e contrário aos interesses de toda a comunidade paranaense.

Por isto a solicitação de verificação, para que se conste em ata como é que os representantes do povo votam em pedidos, em requerimentos, que exatamente traduzem um desejo a quem soube, de maneira imprópria, agredir a todos e a cada um de nós.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa irá proceder a

verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

10 Srs. Deputados aprovam; 21 rejeitam. — **Está rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de agradecimentos ao Sr. Governador do Estado, pela assinatura do contrato de refinanciamento dos mutuários da Associação do Núcleo Residencial "Jardim Samambaia" de Paranaguá. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Pela ordem) — Preliminarmente, gostaria que Vossa Excelência lesse na íntegra, inclusive aos Deputados que estão saindo, onde o autor, Deputado Nelson Buffara faz uma solicitação em seu requerimento. Por gentileza, que o Sr. Primeiro Secretário procedesse a leitura.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, neste requerimento se observa o intuito evidente do nobre Líder do PMDB, de reacender animosidades já verificadas no Plenário desta Casa entre dois companheiros do PDS. Nós dispensamos a leitura, Sr. Presidente, porque já foi procedida a leitura pelo Sr. Secretário, quando o requerimento foi apresentado e também pelo Deputado Nelson Buffara.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa aos ilustres Deputados Nelson Friedrich e Erondy Silvério, que deve estar havendo um equívoco, porque o requerimento do Deputado Nelson Buffara solicita do Sr. Governador Ney Braga, assinatura de contrato com a Associação do Núcleo Residencial Jardim Samambaia, de Paranaguá.

A Mesa irá proceder a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. —

(Pausa).

5 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, quarta, feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os 95, 96, 98 e 99/81.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 79, 138 e 139/81 e de Resolução n.os 85, 86, 87, 88 e 90/81.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 22/81.
Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Decretos Legislativos:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 386/81
A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

promover para o cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os funcionários abaixo relacionados, conforme especifica.

MANOEL AGUIAR FILHO — Por Antiguidade

WILSON KAIEL — Por merecimento

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 1.º/12/81.

aa) **JOÃO MANSUR** — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SQUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 385/81
A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

promover para o cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os funcionários abaixo relacionados, conforme especifica:

ÊNIO SANTANGELO MALHEIRO — Por Merecimento

ISMAR DELAGASSA PASSOS — Por Antiguidade

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 1.º/12/81.

aa) **JOÃO MANSUR** — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SQUAREZI — 2.º Secretário